

O PRINCÍPIO SEMIÓTICO DA RELATIVIDADE

- Significação, Referência e Comunicação -

O principal objectivo deste ensaio é especificar o “princípio semiótico da relatividade” no quadro dos problemas da significação, da referência e da comunicação.

Para o efeito exporemos e discutiremos duas teses de Quine sobre a “indeterminação da tradução” e a “inescrutabilidade da referência”, bem como as críticas de Donald Davidson e John Searle a essas mesmas teses. Distanciar-nos-emos quer duma perspectiva “não-mentalista” (como a de Quine e Davidson), quer de um “mentalismo” do qual não se retiram as devidas consequências (como o de Searle).

A base do “princípio da relatividade”, bem como daqueles problemas, radica quanto a nós no carácter sempre parcelar ou limitado da referência e da significação — e, logo, da comunicação. É pois sobre esse tópico que começaremos por nos debruçar.

I. A BASE DOS PROBLEMAS

É em Locke e em Kant que podemos encontrar duas das mais radicais teorizações do carácter limitado da referência: o primeiro quando distingue entre “essências reais” e “essências nominais”, argumentando que estas, as únicas a que cognitivamente se tem acesso (identificam-se com os significados atribuídos aos termos gerais e abstractos), jamais com aquelas poderão coincidir; o segundo quando, em acordo com a conhecida máxima da “revolução

copernicana”, defende a incognoscibilidade das “coisas-em-si-mesmas”¹.

Sem esquecer o legado de Locke e de Kant, é no entanto a Frege e a Peirce que se deve a explicitação da base mais liminar dos problemas que aqui nos ocuparão. A Frege, porque apesar de ter distinguido entre “sentido” e “referência” (‘Sinn’ e ‘Bedeutung’), salientou a íntima solidariedade entre essas duas instâncias da linguagem — e também segundo uma lógica limitativa —, do mesmo passo que constatou (como a seu modo já o fizera Locke) que a diversidade das linguagens (ou o seu precário conhecimento) poderia ser fonte de distúrbio para o apuramento daquelas mesmas instâncias². E a Peirce porque, com a sua definição de signo, outra

¹. Sobre este assunto, são desnecessárias as referências a Kant. No que respeita a Locke, cf. *An Essay Concerning Human Understanding* (1690), ed. A. C. Fraser, Dover Publications, N. York, 1959 (reprod. da 1ª ed.), III, III, 15-17; cf. tb. III, VI, 12, 30 e 37. Sublinhe-se entretanto que a referida posição de Locke só respeita às “substâncias corpóreas” — as do “mundo físico”.

² Cf. Frege, “Sens et dénotation” (1892), in *Écrits logiques et philosophiques*, trad. Claude Imbert, Seuil, Paris, 1971 (pp. 102-126). O conhecido exemplo dado por Frege é do planeta Vênus, que tanto pode ser denotado por “estrela da manhã” como por “estrela da tarde” — dois “sentidos” ou modos de doação desse mesmo planeta (cf. p. 103). Que a lógica da referência e do sentido é sempre uma lógica limitada e virtualmente infinitista, é algo que é sugerido por um outro exemplo dado por Frege: Aristóteles tanto pode ser denotado como “o aluno de Platão”, “o mestre de Alexandre”, etc. (cf. p. 104, nota), segundo um modelo que em última análise corresponde àquilo que Russell viria a apelidar de “descrições definidas”. O carácter limitado da referência, entretanto, é explicitamente afirmado com a seguinte constatação: se o sentido de um “nome próprio” é fácil de discernir “por qualquer um que de forma satisfatória conheça a língua ou o conjunto de designações de que ele faz parte”, já a referência do signo, “a supor que ela existe, jamais é dada em plena luz. Um conhecimento perfeito da referência seria tal que, de qualquer sentido dado, poderíamos dizer se ele convém ou não a essa referência, mas isso não está no nosso poder” (p. 104). Vinca além disso Frege que embora qualquer acto de referência seja mediado pelo sentido, nem sempre a um sentido corresponde uma referência — pelo menos bem determinada ou determinável —, como no caso de “o corpo celeste mais distante da terra” ou “a série que converge mais rapidamente” (*ibid.*). E vinca por outro lado que embora num “sistema de signos perfeito” um “sentido determinado deveria corresponder a cada expressão”, isso não se verifica em geral nas línguas vulgares: “um mesmo sentido tem em línguas diferentes, e por vezes na mesma língua, várias expressões” (*ibid.*). Sobre os problemas levantados por Locke a propósito da “diversidade” das linguagens (e do diverso uso e entendimento que os homens fazem das palavras), ver *An Essay...*, nomead. II, XXII, 6 e 7; III, V, 8; III, IX, 8, 20 e 22; III, XI, 12 e 25.

coisa não sinalizou senão o modo como a referência e a significação, mas também os fluxos comunicacionais, se relacionam sempre de forma múltipla e desviante com o mundo dos objectos em geral. É enfim a Peirce que de momento mais nos importa cingir, já que, de certa maneira, nele se congregam, ampliam ou exponenciam os legados de Frege, de Locke e de Kant.

Diz-nos ele com efeito na sua definição de “signo”: um signo ou “representamen” é “algo que está para alguém em vez de alguma coisa, sob um certo aspecto ou virtualidade. Ele direcciona-se para alguém, isto é cria no espírito (‘mind’) dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo mais desenvolvido. A esse signo criado apelido eu de *interpretante* do primeiro signo. O signo está em vez de alguma coisa, o seu *objecto*. Não está porém em vez desse objecto sob todos os aspectos, mas somente por relação a uma espécie de ideia a que por vezes tenho chamado o *fundamento* (‘ground’) do representamen”³.

As linhas contextuais e consequências teóricas de uma tal definição são as seguintes:

1) Um signo só pode efectivamente referir-se ao seu objecto de forma limitativa — só o pode representar sob um determinado ângulo ou perfil —, e é enquanto tal que se insere numa lógica comunicacional: só é signo para alguém; dirige-se inevitavelmente para alguém⁴.

2) Essa lógica comunicacional, no entanto, é basicamente uma lógica em que ao carácter limitado da referência se anexa sempre o carácter limitado da significação — ou dos “interpretantes”. Qualquer signo suscita outros signos na “mente” dos indivíduos (os chamados “interpretantes”, precisamente), mas esses sempre por sua vez outros

³. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, Ed. Charles Hartshorne e Paul Weiss (vols. I-IV: 1931/35), Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1965; Ed. Arthur Burks (vols. VII-VIII: 1958), id., 1966. Para a citação cf. 2.228 (onde o primeiro dígito sinaliza o volume da obra referida e os demais o parágrafo. A obra será doravante denotada, como é usual, pela sigla *CP*).

⁴. Pode supor-se, vg., que um nome próprio como “António” se refere de modo total a um certo e determinado homem, mas isso é uma ilusão. Se fosse esse o caso, a António chamar-se-ia “António” e nada mais seria necessário ou se poderia dizer (informativamente) acerca dele. Ao nível das frases ou proposições é onde o fenómeno mais se evidencia, pois o predicado ou a relação que nelas intervêm apresenta inevitavelmente o respectivo objecto apenas sob um determinado ângulo.

suscitarão, numa espécie de “semiose ilimitada” cujo fito é “explanar”, “explicitar” ou “lateralizar” os significados que vão sendo apresentados relativamente a um dado objecto. Assim, visto que a linguagem é constituída por signos e estes nunca se detêm numa relação total ou inerte com aquilo que representam, nunca na linguagem qualquer objecto se pode considerar totalmente “referido” ou “significado”⁵.

3) Segue-se pois que os fluxos comunicacionais também nunca se podem considerar totalmente saturados ou ontologicamente transparentes (pense-se nos diversos “interpretantes” que um signo como “fogo” pode suscitar na “mente” de várias pessoas), e por isso, por força de 1) e 2), distingue Peirce entre o “objecto dinâmico” e o “objecto imediato” do signo. Enquanto o primeiro é aquilo que “motiva” o signo — é o objecto tal como *na realidade* é em si mesmo, mas só um estudo “ilimitado e final” mostraria *como ele é* —, o segundo, o “objecto imediato”, é “o objecto como o próprio signo o representa” — é o objecto cujo ser depende “da representação que dele no signo é dada”⁶. Os “objectos imediatos” serão enfim como que “entidades” linguísticas que correspondem aos objectos dinâmicos enquanto enfocados segundo determinados aspectos, na rede infinita (poder-se-ia mesmo dizer “labiríntica”) de “fundamentos” e “interpretantes” sujeitualmente perspectivados.

É sobretudo neste último ponto que podem encontrar-se alguns aspectos de confluência com as já mencionadas posições de Locke e

⁵. Eis, segundo Peirce, a “ratio essendi” da lógica dos “interpretantes” (que não se devem confundir com os sujeitos-intérpretes): sendo um signo diferente do seu Objecto, “deverá existir, seja no pensamento ou em expressão, alguma explanação ou argumento ou outro contexto, mostrando como — com base em que sistema, ou por que razão — o signo representa o Objecto, ou a série de Objectos que representa” (CP, 2.230). Entretanto, “o signo juntamente com a explanação gera um outro signo, e visto que a explanação será um signo, ela requererá provavelmente uma explanação ulterior, a qual, tomada juntamente com o signo já ampliado, criará um signo ainda mais amplo” (ibid.). Ou seja: “O significado de uma representação só pode ser uma outra representação. (...) Há uma regressão infinita. Em última análise, o interpretante mais não é senão uma outra representação a que o archote da verdade vem confiado, e como representação tem por sua vez o seu interpretante. Eis, pois, uma outra série infinita” (CP, 1.339). Um exemplo: aplica-se o signo “pecador” a João: “João é pecador”. Mas é pecador porque “roubou”, “cometeu adultério”, “violou as leis da sua religião”? Eis aqui vários possíveis interpretantes de “pecador”.

⁶. Cf. CP, 4.536, 8.183 e 4. 536.

de Kant, mas trata-se de facto só de “alguns”⁷. O caso é que, num “teleologismo” deveras injustificável, Peirce acaba por postular que na “comunidade dos investigadores” (o verdadeiro sujeito do conhecimento, segundo ele) se chegará a obter, “in the long run”, um “consenso final” que se identificará representativamente com a verdadeira realidade⁸. À parte isso, pode considerar-se que ele levantou efectivamente a base mais liminar dos problemas da referência, da significação e da comunicação (não só a limitatividade pontual e a exponenciação vertical ou horizontal dessas vertentes da linguagem, mas também o facto de que os signos não suscitam necessariamente os mesmos “interpretantes” na mente das pessoas). Se não chegou a explicitar a dimensão mais nevrálgica desses mesmos problemas foi porque, do mesmo passo que decaiu no “teleologismo” e num nítido “cientismo”⁹, não considerou propriamente (pelo menos quanto sabemos) a circunstância de que o mundo dos signos em geral se reparte por comunidades linguísticas diferenciadas (e com estruturas e esquemas conceptuais igualmente diferenciados)¹⁰.

Ora, tendo em conta uma tal circunstância, é inteiramente pertinente que se amplie e pluralize o “transcendentalismo” kantiano, mantendo que em princípio cada linguagem implica um

7. Temos aliás, nomeadamente na lógica dos “interpretantes”, algo que em termos funcionais muito se assemelha à “lógica” kantiana das “Ideias”. Sobre essa “lógica”, que é simultaneamente uma lógica “reguladora” do conhecimento e o “fatum” de que este jamais consegue afluír à esfera de qualquer “incondicionado” (que contenha, vg., a totalidade das causas ou razões para dado fenómeno), ver Kant, *Crítica da razão pura*, trad. Alexandre Fradique Morujão e Manuela Pinto dos Santos, F. C. G., 2ª ed., Lx, 1989, A 310 ss., B 367 ss., pp. 307 ss. Saliente-se que essa lógica está intimamente ligada aos termos que intervêm nos raciocínios, visando de certa maneira uma “explicação” total e hierarquizada desses mesmos termos.

8. Cf. *CP*, 5. 407.

9. Desse “cientismo” é elucidativa a sua definição de “Semiótica”: esta é “a doutrina quase necessária ou formal dos signos”, enquanto tal observa os signos que se conhecem e por abstracção fará enunciados “eminente-falíveis”, mas em qualquer caso enunciados “respeitantes ao que devem ser os caracteres de todos os signos utilizados por uma inteligência científica” — isto é, uma inteligência capaz de aprender por experiência (*CP*, 2.227).

10. Pode assim observar António Martins, em “De Peirce a Habermas”, Separata de *Biblos*, LV, Coimbra, 1979, p. 435: “É certo que a problemática da comunicação intersubjectiva, em Peirce, ainda se mantém num quadro de referência cientista”.

“molde” próprio de “fenomenalizar” os objectos do mundo (ou em termos peirceanos: implica um padrão próprio de “objectos imediatos”; um “molde” para o singular recorte dos “objectos dinâmicos” em “objectos imediatos”)¹¹. Cada linguagem, em suma, configurará uma certa forma quase “a priori” de pensar (trata-se todavia, à diferença de Kant, de um “a priori histórico” — de um “a priori” com alguma variação e não independente de factores extra-linguísticos). É precisamente essa perspectiva que aqui assumiremos, a qual, de resto, pode encontrar-se de algum modo em autores como Herder e em Humboldt, na conhecida tese etno-linguística de Sapir-Whorf, na teoria dos “jogos de linguagem” de Wittgenstein ou mesmo na teoria dos “paradigmas linguísticos” de Carnap¹².

Como já sugerimos, é de facto sob uma tal perspectiva que mais se agudizam os problemas da significação, da referência e da comunicação. E é também no interior dessa perspectiva que mais pertinência tem que a propósito se fale no “princípio semiótico da relatividade” — um princípio que é simultaneamente “ontológico”. (É certo que já em Locke e em Kant, como também em Peirce, se pode encontrar a incidência desse princípio — dado precisamente o carácter limitado da referência e da significação —, mas trata-se dum relatividade um tanto unívoca, “centrada” e ainda não propria-

¹¹. Por “transcendentalismo”, em Kant, entende-se a teoria (que é precisamente uma “teoria transcendental”) do conjunto de estruturas ou elementos em que se desenvolve o tópico da “revolução copernicana”. Isto é: tal conjunto é um conjunto de factores “a priori” (e segundo Kant eternos ou imutáveis) que modelizam a fenomenalização dos objectos do mundo físico (o espaço e o tempo, enquanto formas “a priori” da sensibilidade; as categorias e os respectivos “princípios”, enquanto formas “a priori” do entendimento; e as Ideias da Razão). Em acordo com tal “transcendentalismo” (que não respeita, nomeadamente, nem à “Estética” nem à “Moral”), o filósofo define a “verdade transcendental” como aquela “que precede e possibilita toda a verdade empírica” (*Crítica da razão pura*, A 146, B 185, p. 187).

¹². Sobre Herder, Humboldt e a tese de Sapir-Whorf, ver Adam Schaff, *Linguagem e conhecimento* (1964), trad. Manuel Reis, Livraria Almedina, Coimbra, 1974, partes I e II. Sobre a teoria dos “jogos de linguagem” em Wittgenstein, ver *Philosophical Investigations* (1953), trad. do alemão por G. E. M. Anscombe, Basil Blackwell, Oxford, 1976. Sobre os “paradigmas linguísticos” em Carnap, ver “Empiricism, Semantics, and Ontology” (1950), in Carnap, *Meaning and Necessity* (1947; desde a 2ª ed.: 1956), The University of Chicago Press, Chicago & London /The University of Toronto Press, Toronto-Canadá, Phoenix Edition, 5ª ed., 1967, pp. 205-221.

mente explicitada)¹³. É isso que progressivamente procuraremos evidenciar (seja de modo directo, seja de modo indirecto), mas importa desde já indicar a formulação dada por Lee Whorf do mencionado “princípio” (uma vez que a consideramos basilar e incontornável).

Tendo precisamente em conta a diversidade das linguagens, diz-nos ele que “a linguagem é acima de tudo uma classificação e disposição do fluxo da experiência sensorial, resultando daí uma certa ordem do mundo, uma certa segmentação do mundo que é facilmente exprimível pelo tipo de meios simbólicos da própria linguagem”¹⁴. O que se afirma então na sua versão do “princípio da relatividade” é que “nem todos os observadores são levados pela mesma evidência física à mesma imagem (‘picture’) do universo, a não ser que os seus quadros de fundo linguísticos sejam similares ou de alguma maneira possam ser calibrados (‘calibrated’)”¹⁵. A essa formulação do princípio (que evidencia bem o seu alcance “ontológico”) só é de acrescentar que o mesmo vale para as linguagens em que não esteja em causa a “evidência física”, bem como para as múltiplas sub-linguagens que se podem formar em qualquer linguagem¹⁶. Podemos interrogar-nos, por exemplo, se

¹³. Se em Locke a “posição” dos objectos físicos, enquanto conhecidos, é relativa ao significado atribuído (em regime de variabilidade sincrónica e diacrónica) aos termos gerais e abstractos, em Kant essa mesma “posição” será relativa aos já mencionados factores “a priori” da sensibilidade, do entendimento e da razão. Em Peirce, por outro lado, será relativa às configurações sígnicas pontuais a que se submetam os “objectos dinâmicos”. É pois no sentido de uma certa relatividade que pode ser interpretada a distinção lockeana entre essências reais e nominais, a distinção kantiana entre coisas-em-si e fenómenos, e a distinção peirceana entre objectos dinâmicos e objectos imediatos.

¹⁴. “The Punctual and Segmentative Aspects of Verbs in Hopi”, in *Language, Thought and Reality* (ed. by John Carroll: 1956), The M.I.T. Press, Mass., 1979 (pp. 51-56), p. 55.

¹⁵. “Science and Linguistics”, in *id.* (pp. 207-219), p. 214. Vinca Whorf que tal princípio se tornará patente sobretudo se tivermos em conta não apenas as chamadas línguas “indo-europeias” (ou, correlativamente, a descrição do mundo típica da “comunidade dos cientistas modernos”), mas também as linguagens semítica, chinesa, tibetana, as linguagens africanas ou a dos nativos da América (*id.*, p. 214).

¹⁶. Que qualquer linguagem, como o “português”, comporta sub-linguagens, é um facto óbvio que, como de certo modo sinalizou Wittgenstein com a teoria dos “jogos de linguagem”, está intimamente ligado aos diferentes “métiers” existentes ou “formas de vida”. No português, vg., haverá a sub-linguagem dos pescadores, dos banqueiros, dos matemáticos, dos filósofos, etc., sendo mesmo de supor que até ao nível de cada uma destas existam sub-sub-linguagens. É por este prisma, aliás, que cada língua participa numa certa rede de línguas...

Aristóteles teria equacionado o sistema metafísico que equacionou se pensasse segundo o molde duma língua substancialmente diferente da língua grega¹⁷.

Dito isto, temos razoavelmente estabelecida a base dos problemas da referência, da significação e da comunicação. Podemos passar, enfim, ao modo como Quine radicaliza esses mesmos problemas, do mesmo passo que apresenta uma singular versão do “princípio da relatividade”.

II. QUINE: A INDETERMINAÇÃO DA TRADUÇÃO E A INESCRUTABILIDADE DA REFERÊNCIA

Quine radicaliza aqueles problemas (o da comunicação só de modo parcial e indirecto, como veremos) no quadro das suas teses acerca da indeterminação da tradução e da inescrutabilidade da referência, mas antes de as expor convém explicitar alguns pressupostos teóricos em que elas assentam:

1. Na linha de Dewey, Quine recusa qualquer perspectiva “psicologista” ou “mentalista” da significação ou das chamadas “ideias”. A “ideia ideia”, nomeadamente, é para ele um puro fantasma a exorcizar em termos teóricos, reconhecendo que foi um importantíssimo marco nos últimos dois séculos o facto de o empirismo ter mudado o acento das ideias para as palavras¹⁸. O que defende então é uma radical posição behaviorista quanto à linguagem em geral — “em psicologia pode ser-se ou não

¹⁷. Ver a propósito Émile Benveniste, “Catégories de pensée et catégories de langue” (1958), in *Problèmes de linguistique générale*, I, Gallimard, Paris, 1966, pp. 63-74. Benveniste evidencia aí, nomeadamente, como o sistema aristotélico das “categorias” foi decalcado na estrutura da língua grega.

¹⁸. Sobre a “ideia ideia”, ver vg. *Quiddities*, Harvard University Press, Cambridge et alia, 1987, p. 89. Sobre aquilo que no empirismo mudou para melhor..., ver “Five Milestones of Empiricism” (1975), in *Theories and Things*, Harvard University Press, Cambridge et alia, 1981, pp. 67-72. Contra o “mentalismo” (contra a “teoria mentalista das ideias”), ver, vg., *Word and Object* (1960), The M. I. T. Press, Cambridge, Mass., 1981, § 16, p. 74. Quanto à aceitação do essencial das teses de Dewey sobre a linguagem, ver “Relativité de l’Ontologie” (1969), in *Relativité de l’Ontologie et quelques autres essais* (1969), trad. J. Largeault, Aubier, Paris, 1977 (pp. 39-81), nomead. pp. 39-41.

behaviorista, mas em linguística não há alternativa”¹⁹ —, posição essa que, numa das suas vertentes, pode resumir-se na máxima segundo a qual só serão distintos os significados de duas expressões se elas implicarem “relevante diferença” em termos comportamentais²⁰. Como ele próprio pretende, a tese da “indeterminação da tradução” incluirá a evidenciação disso mesmo²¹.

2. Tudo o que supostamente seja da esfera do “mental” deve pois ser reconhecido como parte da actividade corporal, em termos de “disposições para o comportamento”²². A comunicação, assim, não será propriamente um comércio entre “mentes” nem uma troca de significados ou de ideias desincarnadas linguística e situacionalmente, mas algo que se cumpre satisfatoriamente no quadro da

¹⁹. “Indeterminacy of Translation Again”, *Journal of Philosophy*, vol. LXXXIV, nº 1, Jan. 1987 (pp. 5-10), p. 5. Cf. tb. *Pursuit of Truth*, Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1990, § 14, pp. 37-8.

²⁰. Cf. *Quiddities*, p. 131. Ou como diz em *Word and Object*, § 7, p. 26 (ainda que reconheça que o dito tem uma aparência de sem sentido, e por isso o reformulará explicativamente na p. 27, invocando o efeito do mapeamento substitucional duma qualquer linguagem sobre si própria — tema que referiremos em nota mais mais adiante): “uma distinção de significado que não se reflecta na totalidade das disposições para o comportamento verbal é uma distinção indiferente (‘without a difference’)”. Ainda numa outra versão: “Quando nós aprendemos o significado duma expressão aprendemos apenas aquilo que é observável em comportamento verbal manifesto e nas suas circunstâncias” (*Quiddities*, p. 130). E em estrita conexão com o anti-mentalismo: “Dependemos estritamente do comportamento patente em situações observáveis. Enquanto o nosso domínio da linguagem se ajustar a todos os pontos externos de controlo, enquanto a nossa elocução ou a nossa reacção à elocução de alguém possa ser avaliada à luz de alguma situação partilhada, enquanto isso tudo bem. A nossa vida mental entre pontos de controlo é indiferente para que possamos ser considerados como mestres (‘as a master’) da linguagem” (“Indeterminacy ... Again”, op. cit., p. 5). Mais explicitamente ainda, contra o “mentalismo”: “um mentalismo pernicioso infecta a semântica, quando se encara a semântica dum indivíduo como determinada no seu espírito para além daquilo que pode estar implícito nas suas disposições para o comportamento manifesto” (“Relativité de l’Ontologie”, in op. cit., p. 41).

²¹. “Nada há no significado linguístico (...) para além daquilo que pode inferir-se do comportamento manifesto em circunstâncias observáveis. A fim de patentear tais limitações, apresentei a experiência em pensamento da tradução radical” (“Indeterminacy ... Again”, op. cit., p. 5).

²². Cf. *Quiddities*, p. 132. Cf. tb. “Things and Their Place in Theories”, in *Theories and Things*, Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1981 (pp. 1-23), pp. 18-19 (“o dualismo [mente/corpo] com ou sem interacção pode ser reduzido ao monismo físico, a não ser que se assuma que há espíritos sem corpo”).

percepção, da fala e da acção²³. Tanto mais que Quine reconhece haver uma grande uniformidade a nível da linguagem — já que ela é aprendida socialmente —, apenas afrouxando o alcance dessa uniformidade à medida que nos distanciamos das frases “observacionais” e “ocasionais” para as frases “duráveis” e “eternas” (que não decorrem de “estimulações sensoriais”)²⁴. Em boa parte por isto, Quine não chega a dar o devido relevo ao problema da comunicação, excepto de modo implícito ou indirecto: precisamente ao nível dos casos da indeterminação da tradução e da inescrutabilidade da referência²⁵.

²³. *Quiddities*, p. 89: “Comunicar uma ideia, dizem-nos, é induzir na mente do receptor da mensagem essa mesma ideia tal como foi tencionada pelo emissor. Todavia, como diremos nós que a ideia é a mesma? Apenas notando que a mensagem suscita uma resposta apropriada, uma apropriada réplica ou reacção. Uma análise séria da linguagem e da comunicação deverá firmar-se na percepção, na fala e na acção, e não deverá fazer uso da ideia ‘ideia’; com efeito essa ideia não passa dum a emanção nevoenta de tudo isso e apenas fornece uma ilusão de esclarecimento (‘explanation’).” *Id.*, p. 27: “A natureza e limites da comunicação pode ser um tanto clarificada se pusermos de parte a nevoenta ideia das ideias e se nos dirigirmos para a realidade tangível, visível e audível”.

²⁴. *Word and Object*, § 10, p. 45: “A linguagem como série de disposições socialmente inculcadas é substancialmente uniforme ao nível da comunidade, mas é uniforme de diferentes maneiras para frases diferentes”. Quine, com efeito, divide as frases em geral em “observacionais” e “ocasionais”, que intimamente se reportam a “estimulações sensoriais” (e mais ainda as primeiras), e em “estáveis” e “eternas”, às quais já não se anue ou não devido a estimulações concomitantes. A uniformidade destas será pois menor ou de tipo diferente, até porque estão fortemente coligadas a informações colaterais ou a aparatos científicos que, como veremos, segundo Quine podem ser divergentes. Refira-se aliás que as frases “eternas” são leis das ciências, nomeadamente da Física e da Matemáticas, sendo sempre verdadeiras ou falsas independentemente das circunstâncias em que sejam enunciadas ou escritas. Sobre este assunto ver *Word and Object*, §§ 4, 9 e 10; ver tb. *Philosophy of Logic*, Harvard University Press, Prentice-Hall, London et alia, 1970, p. 13.

²⁵. O caso é que tanto a indeterminação da tradução como da referência, pelo menos na sua forma mais aguda, respeitarão a comunidades linguísticas substancialmente diferentes, incidindo também sobre certas teorias científicas. Assim, e ainda por relação à sua tipologia das frases, é extremamente instrutivo o que diz Quine em *Word and Object*, § 16, pp. 76-77: “As frases observacionais descascam-se bem (‘peel nicely’); os seus significados, significados-estímulo, emergem absolutamente e livres de qualquer mancha verbal residual. Algo de similar se passa com as frases ocasionais, de um modo geral (...). Frases teóricas como ‘os neutrinos carecem de massa’, a lei da entropia ou a constância da velocidade da luz, estão no outro extremo. É acima de tudo de tais frases que o dito de Wittgenstein permanece verdadeiro: ‘Entender uma frase significa entender uma linguagem’. Tais frases, bem como inúmeras outras que se situam indeterminadas entre os dois extremos, carecem

3. A referência localiza-a Quine ao nível dos termos, localizando a significação ao nível das frases²⁶. Mais em rigor, porém, esta última só ao nível de sistemas de frases ou teorias se pode considerar em princípio bem estabelecida, em acordo com um “holismo” generalizado em que não é pertinente estabelecer uma clara partilha entre enunciados analíticos e sintéticos²⁷. Supõe isto que na nossa linguagem nós produzimos frases associando palavras com palavras — em acordo com hábitos depositados na própria língua que falamos —, produzimo-las também em virtude de “estimulações sensoriais”, mas estas em pouco contam para justificar o todo dessas mesmas frases²⁸. O todo das frases coordena-se em rede ou sustenta-se numa espécie de “arco” (arco de blocos de linguagem), e assim, ao mesmo tempo que nas teorias físicas o chamado “conteúdo empírico” apenas estará ligado às frases que imediatamente se erigem sobre as “observacionais” (que Quine apelida de “categóricos observacionais”), até essas frases estão sempre impregnadas das

linguisticamente de significado neutral”. Se este trecho é instrutivo é porque nele se sublinha que nem todas as frases assentam em correspondentes estimulações sensoriais — o que originará uma situação das frases em geral que já a seguir se especificará —, mas ainda por uma razão adicional. Com efeito, observa Quine em nota, p. 77, que talvez a tese da indeterminação da tradução pouco ar de paradoxo tenha para os leitores familiarizados com a teoria anexa àquele dito de Wittgenstein. É que, como veremos, o problema (pelo menos numa das suas vertentes) estará precisamente em “entender” o todo de dada linguagem que nos seja radicalmente estranha.

²⁶. Cf. *Word and Object*, § 42, p. 201.

²⁷. Ver a propósito “Two Dogmas of Empiricism” (1951), in *From a Logical Point of View* (1953), Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1980, pp. 20-46. “Tomada colectivamente, a ciência depende duplamente da linguagem e da experiência, mas esta dualidade não é significativamente delimitável nos enunciados da ciência tomados um por um” (p. 42). “Todo o conjunto da ciência, matemática, natural e humana, é similarmente mas de modo muito extremo subdeterminado pela experiência. A orla do sistema tem de se manter ajustada com a experiência; o resto, com todos os seus elaborados mitos e ficções, tem por objectivo a simplicidade das leis” (p. 45). Sobre o assunto é também elucidativo o resumo de Quine, em “Five Milestones...” (in *op. cit.*, p. 67), sobre os pontos em que o empirismo nos últimos dois séculos mudou para melhor: se o primeiro foi a mudança de acento das ideias para as palavras, o segundo foi a mudança de acento dos termos para as frases, o terceiro das frases para os sistemas de frases, e o quarto o abandono do dualismo analítico-sintético. O quinto ponto terá sido o “naturalismo”: o abandono do objectivo duma “filosofia primeira” anterior à “ciência natural”.

²⁸. Cf. *Word and Object*, § 7, p. 26. Cf. tb. § 3, pp. 12-13.

respectivas teorias — e daí o problema quanto à clara partilha entre o analítico e o sintético²⁹. É também uma tal limitação das “estimulações sensoriais” ou dos “conteúdos empíricos” por relação ao todo de dada linguagem que Quine visa evidenciar com a indeterminação da tradução³⁰.

4. Temos ainda, em consequência do holismo, a conhecida tese quineana das “sub-determinação das teorias” pela experiência. A explicação desta tese é que pode haver várias teorias entre si incompatíveis mas todas elas compatíveis com os mesmos dados observáveis (tese em parte análoga à da indeterminação da tradução, como veremos)³¹. Assim, e contra Peirce, defende Quine que nenhuma razão temos para supor que os fluxos sensoriais do homem, mesmo se distentidos até à eternidade, admitem qualquer “sistematização” que seja “cientificamente melhor ou mais simples do que outras possíveis”. É de supor, em vez disso, que aparecerá um incontável número de “teorias alternativas”³².

²⁹. Sobre a metáfora do “arco” veja-se *Word and Object*, § 3, p. 11: “A teoria como todo (...) é uma estrutura de frases que de modos vários se associam umas com as outras e com estímulos não-verbais, pelo mecanismo da resposta condicionada. (...) Num arco um bloco aéreo é sustentado imediatamente por outros blocos aéreos, sendo sustentado ultimamente por todos os blocos da base de modo colectivo e não individual; e assim é com as frases, quando teoricamente coordenadas. Talvez devamos pensar no arco como algo de instável num terramoto; assim, mesmo um bloco da base será sempre suportado apenas pelos outros blocos da base através do arco”. Sugere-se aqui enfim a conhecida “theory-laden”, que Quine explica desta maneira em “Empirical Content”, in *Theories and Things* (pp. 24-30; onde também se pode encontrar a sua posição quanto ao “conteúdo empírico”): o que significa a impregnação teórica das “frases observacionais” é que “os termos embutidos nas frases observacionais são recorrentes nas formulações de uma teoria. O que qualifica uma frase como observacional não é a ausência de tais termos, mas apenas que a frase tomada como um todo indiviso comanda o assentimento ou dissentimento de modo consistente quando se repete a mesma estimulação sensorial global” (pp. 25-6).

³⁰. Ver *Word and Object*, § 7, pp. 26-7.

³¹. Quanto à relação óbvia desta tese com o holismo, ver “Two Dogmas...”, p. 45. Quanto ao referido enunciado da tese, ver vg. “Empirical Content”, *op. cit.*, p. 28. Nas pp. 28-9 Quine dá como exemplo duas teorias cuja diferença basilar consiste em que onde numa aparece menção a “moléculas” noutra aparece menção a “electrões”; elas serão “empiricamente equivalentes” porque se adequarão ao mesmo campo de observacionalidade, mas apesar disso serão “logicamente incompatíveis”: já que numa se atribuem propriedades a moléculas que na outra são negadas às moléculas e se atribuem aos electrões.

³². *Word and Object*, § 6, p. 23.

5. Por outro lado, ainda como consequência do holismo (ou da quase total ubiquidade da linguagem), todos os objectos serão “construtos” linguísticos (“cultural posits”), radicando a sua “justificação” nos respectivos efeitos teóricos ou práticos. Nesta perspectiva, segundo Quine, a diferença entre os objectos físicos, vg., e os deuses de Homero é apenas uma diferença de grau (ambos de certa maneira são “mitos” ou “ficções”), tal como uma diferença apenas pragmática haverá entre esses mesmos objectos físicos, os dados sensoriais e as entidades chamadas moléculas ou electrões³³. Todos estes três patamares objectuais, chamemos-lhes assim, estão intimamente ligados a respectivos “esquemas conceptuais”, mas é claro que Quine não os considera como “três esquemas conceptuais auto-suficientes e rivais”. Nada disso: “o nosso único esquema conceptual sério é o inclusivo, aquele que se desenvolve no interior da ciência, o qual herdamos e de múltiplas e pequenas maneiras ajudamos a aperfeiçoar”³⁴. Ora, se é de entrever neste holismo quineano um nítido “cientismo”, o que nele do mesmo passo se contém é efectivamente a perspectiva segundo a qual todo o mundo dos objectos é fenomenalizado pelos vários “esquemas conceptuais” da linguagem, para além ou aquém de qualquer “coisa-em-si-mesma”³⁵. É isto mesmo que se vai manifestar nas duas teses que já de seguida passaremos a expor, manifestando-se o “cientismo” no modo correcto mas assaz limitativo como Quine colocará o seu “princípio da relatividade”.

³³. Cf. “Two Dogmas...”, *op. cit.*, pp. 44-5. Sobre os objectos físicos (do senso-comum), os dados sensoriais e as partículas da física como “posits”, ver tb. “Posits and Reality” (1955), in *The Ways of Paradox and Other Essays*, Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1976 (pp. 246-254), pp. 251-2. Este ensaio abre, significativamente, com a observação de que não se pode dizer, por exemplo, que a secretária em que escrevo é mais este objecto físico inteiro, bem sólido e firme, do que “um enxame de moléculas em vibração” (cf. p. 246-7).

³⁴. “Posits and Reality”, *op. cit.*, p. 252.

³⁵. Uma das expressões mais eloquentes do “cientismo” quineano, é sem dúvida a sua acepção, já referida em nota anterior, de que não há “filosofia primeira” anterior à “ciência natural” (“Five Milestones...”). No mesmo sentido pode ver-se *Word and Object*, § 56, pp. 275-6, onde se diz nomeadamente que as questões ontológicas dos filósofos apenas se distinguem das questões científicas pela “largueza (‘breadth’) das categorias”. O filósofo, aliás, não dispõe de qualquer ponto de observação privilegiado, fora de todo e qualquer “esquema conceptual” que tome em consideração — “não há tal exílio cósmico”.

As teses da indeterminação da tradução e da referência formuladas por Quine recorrendo a uma espécie de “experiência em pensamento” que diz respeito a uma situação de “tradução radical”: um povo que fala uma língua suficientemente estranha à nossa, que é inteiramente desconhecida e para a qual, portanto, não existem dicionários³⁶. Um etnólogo ou linguista que queira conhecer essa língua, se (como é o caso) apenas lançar mão de critérios behavioristas, por-se-á naturalmente a observar as reacções verbais dos indígenas aos estímulos sensoriais que os afectam, constatando a determinada altura que sempre que passa uma revoada de coelhos eles exclamam “gavagai”. Trata-se de um “termo observacional”, que é simultaneamente uma frase, e que o etnólogo pode traduzir aproximadamente por “Eis aí um coelho”³⁷. Todavia, o que jamais poderá saber (segundo critérios meramente behavioristas, sublinhe-se) é se com “gavagai” os indígenas se referem a coelhos enquanto objectos físicos inteiros (cada um deles), a partes de coelhos, a estádios temporais de coelhos ou mesmo a “coelhidade”. Optar pela primeira alternativa é supor à partida que a língua dos indígenas obedece ao mesmo “esquema conceptual” que a sua (o típico das línguas indo-europeias, digamos), e além disso o facto crucial é que se o etnólogo, por quaisquer meios, pedir a um dos indígenas para apontar a dedo aquilo a que efectivamente se está a referir, quando ele o fizer apontará ao mesmo tempo para qualquer e todos dos

³⁶. Falaremos indiferentemente de “inescrutabilidade” ou “indeterminação” da referência, uma vez que Quine, embora em escritos iniciais use “inescrutabilidade”, acaba por reconhecer que melhor teria sido usar “indeterminação” (cf. *Pursuit of Truth*, p. 50). É de indicar, por outro lado, que os lugares clássicos para as duas teses em causa são o 2º cap. de *Word and Object* (“Translation and Meaning”), “Relativité de l’Ontologie”, “Parler d’objets” (in *Relativité de l’ontologie...*, pp. 13-37) e “Le mythe de la signification” (conferência pronunciada em 1958 num Colóquio em Royaumont dedicado à “Filosofia Analítica”), in *La Philosophie analytique*, Minuit, Paris, 1962, pp. 139-187.

³⁷. Em *Pursuit of truth*, § 20, p. 51, Quine salienta que este exemplo “gavagai” tanto pode ilustrar, até certo ponto, a indeterminação da tradução como a da referência — precisamente porque “gavagai” é um “termo observacional” que funciona como “frase”. Adverte todavia que a tese acerca da tradução é muito mais “forte” que a outra, investindo-se “de forma demasiado extensa numa linguagem para admitir ilustração factual” (p. 51). Ou seja: em sentido forte a indeterminação da tradução respeita ao todo duma linguagem, e não a um caso atomístico como o do exemplo. No mesmo sentido destas indicações, ver *Word and Object*, § 15, p. 72.

substratos físicos de tais alternativas³⁸. É portanto inescrutável ou indeterminada a referência do termo “gavagai”, e de igual modo o é o seu significado (no sentido clássico do termo), pois que coelho, parte de ..., etc., não querem dizer a mesma coisa³⁹.

Temos, numa palavra, a indeterminação da tradução possível das frases dos indígenas — não se poderá identificar de modo único qual o “esquema conceptual” da linguagem deles —, até porque é de supor que nem todas essas frases comportam apenas termos observacionais. O etnólogo, através de “hipóteses analíticas”, através de correlações um tanto “arbitrárias” entre a língua de partida e a língua de chegada poderá sem dúvida fazer uma tradução “conjectural”, mas em última análise, e é esta a tese, podem construir-se vários manuais de tradução que embora sejam entre si incompatíveis são todos eles compatíveis com as “disposições verbais” dos indígenas⁴⁰. E isto porque, muito em particular, para além do comportamento destes nem sequer há

³⁸. O caso é que “coelho” é, segundo a gíria de Quine, um termo de “referência dividida”, e, como sucede com todos os termos desse género, não pode ser “dominado” sem que o seja o seu “princípio de individuação: onde acaba um coelho e começa um outro”. Isso porém não pode ser feito por pura ostensão. Em resumo: “A única diferença entre coelhos, partes não separadas de coelhos e estádios de coelhos [segmentos temporais de coelhos] reside na sua individuação. Se se tomar, na sua totalidade, a porção dispersa do universo espaço-temporal que é constituída por coelhos, por partes não separadas de coelhos e por estádios de coelhos, encontrar-se-á sempre a mesma porção dispersa do universo” (“Relativité de l’Ontologie”, *op. cit.*, p. 44).

³⁹. “Relativité de l’Ontologie”, *op. cit.*, p. 48: “A referência, a extensão, têm sido encaradas como aquilo que é firme, enquanto a significação, a intensão, como aquilo que é frágil. Ora a indeterminação da tradução, no caso em apreço, atinge de modo semelhante a extensão e a intensão. Os termos ‘coelho’, ‘parte não separada de coelho’ e ‘segmento temporal de coelho’ não diferem apenas quanto à significação; eles são verdadeiros de coisas diferentes. A própria referência revela-se inescrutável do ponto de vista do comportamento”.

⁴⁰. *Word and Object*, § 7, p. 27: “A tese é pois esta: os manuais para traduzir uma linguagem noutra podem ser estabelecidos de maneiras divergentes, todas elas compatíveis com a totalidade das disposições de fala mas incompatíveis umas com as outras”. No § 16, pp. 73-4, Quine vinca que essa tese é muito “mais radical” do que a vulgar tese que diz que não existe “unicidade da tradução”, especificando melhor aquela versão: “... sistemas rivais de hipóteses analíticas podem conformar-se a todas as disposições de fala dentro de cada linguagem em causa e todavia implicarem, em inúmeros casos, traduções completamente díspares; não meras paráfrases recíprocas, pois cada uma dessas traduções será excluída pelo outro sistema de tradução. Duas dessas traduções podem mesmo ser patentemente contárias em valor de verdade, contanto que não haja estimulação que apoie o assentimento a qualquer uma delas”. Sobre a natureza e processo das “hipóteses

qualquer “questão de facto” aí envolvida — não há nenhuma “matéria objectiva” (‘objective matter’) acerca de que estar certo ou errado⁴¹. E de facto assim é — dir-se-á —, mas se e somente se não houver nenhum meio de sondar as “mentes” dos indígenas ou se elas forem de todo em todo inescrutáveis⁴². A esta possível objecção, contudo, responde Quine que mesmo que o etnólogo se tornasse bilingue e adquirisse a mentalidade dos indígenas, em nada a situação se alteraria: continuaria a projectar de modo arbitrário os esquemas de objectivação da sua linguagem na deles, e isso reflectiria “menos a inescrutabilidade do espírito dos indígenas que o facto de nada haver a escutar”⁴³.

analíticas”, ver *id.*, § 15, pp. 68-72. Na p. 72 deste mesmo § Quine exemplifica que se por “hipótese analítica” tomarmos “são o mesmo” como tradução de alguma construção da linguagem indígena, poderemos concluir, questionando nessa base o nosso informador (sobre a mesmidade de coelhos de ocasião para ocasião), “que ‘gavagai’ são coelhos e não estádios”; mas se por “hipótese analítica”, e como tradução, tomarmos antes “são estádios do mesmo animal”, por análogo questionamento poderemos concluir “que ‘gavagai’ são estádios de coelhos”. Ambas essas hipóteses poderão “ser acomodadas através de variações compensatórias nas hipóteses analíticas respeitantes a outras locuções”, acomodando-se também “a todas as disposições de fala de todos os falantes em causa”.

⁴¹. Cf. *Word and Object*, § 16, p. 73. No § 43, p. 207, especifica-se: há tão pouca possibilidade de decidir se há sinonímia entre as expressões envolvidas, afora de critérios ostensivos ou behavioristas, que se alguma houvesse algumas das hipóteses de tradução deveriam ser consideradas falsas — mas não podem. Saliente-se pois mais uma vez que é apenas à luz de critérios behavioristas (os únicos supostos na tese) que não há a tal “questão de facto”, como aliás sublinha Quine: “A favor da filosofia behaviorista de Dewey, eu realcei que a inescrutabilidade da referência não é a inescrutabilidade de um facto; não há questão de facto” (“Relativité de l’Ontologie”, *op. cit.*, p. 60). Sobre o mesmo assunto, e no mesmo sentido, ver “Indeterminacy... Again”, *op. cit.*, pp. 9-10.

⁴². É precisamente tal hipótese que Quine recusa à partida: no caso da indeterminação da tradução “apenas sobre o comportamento verbal dos nativos os manuais de tradução podem estar certos ou errados; nenhuma pretensão se colocam relativamente a ocultos mecanismos neuronais” (“Indeterminacy ... Again”, *op. cit.*, pp. 9-10). No § 16, p. 74, de *Word and Object*, na mesma linha, salienta que uma das causas que levam a não reconhecer que não há a tal “questão de facto”, ou “matéria objectiva”, acerca de que estar certo ou errado, é a adopção duma “acrítica teoria mentalista das ideias”.

⁴³. “Parler d’objects”, in *op. cit.*, p. 17. Sobre a incontornabilidade da mencionada “ projecção”, mesmo no quadro de línguas semelhantes (ainda que com diferença de grau), ver *id.*, pp. 13-16.

Este tópico da “questão de de facto”, para além de ser o nervo axial das duas teses, é ainda importante porque delimita quer o exacto contorno quer o latíssimo alcance delas. Com efeito, em resposta a uma objecção colocada por Chomsky, é com base nesse tópico que Quine explica que a tese da indeterminação de tradução “é paralela mas adicional” por relação à tese da sub-determinação das teorias físicas em face de “todos os dados possíveis” (uma vez que, aqui sim, há questão de facto)⁴⁴. Por outro lado, Quine não só distende o que nas duas teses se afirma ao âmbito “comunitário” das próprias línguas que falamos — para muitas vezes entender os nossos vizinhos temos de praticar a “tradução radical”; aplicamos o chamado “princípio da caridade” traduzindo as suas palavras heterofonicamente, de forma a torná-las “menos absurdas”⁴⁵ —, como as distende mesmo ao âmbito da esfera pessoal. Defende ele, com efeito, que se o que está em causa na inescrutabilidade da referência não é propriamente uma “matéria de facto”, então ela “pode ser trazida ainda para mais próximo de nós do que no caso dos vizinhos da mesma comunidade linguística”. E explica: “Se fizesse sentido cada um dizer de si mesmo que se está a referir a coelhos (...) e não a segmentos temporais de coelho (...), deveria

⁴⁴. A objecção de Chomsky (em “Quine’s Empirical Assumptions” (1968), in *Words and Objections*, Ed. D. Davidson e J. Hintikka, D. Reidel Publishing Company, Dordrecht- Holland/Boston-U.S.A., 1969 (pp. 53-67), nomead. pp. 61-2 e 66-7)) era que a tese da indeterminação se afigurava um tanto trivial — seria análoga ao conhecido caso da sub-determinação das “hipóteses” da Física pela “evidência” empírica. Para a resposta de Quine à objecção, cf. Réplica a Chomsky, in *Words and Objections*, pp. 302-04. Aí esclarece Quine, inclusivamente, que a indeterminação da tradução subsistiria mesmo em face da totalidade das verdades acerca da natureza, “conhecidas e desconhecidas, observáveis e não observáveis, passadas e futuras” (e nisso consiste o referido carácter “adicional”). Veja-se entretanto “Indeterminacy... Again”, in *op. cit.*, pp. 9-10: “Se os tradutores discordam quanto à tradução duma frase dos nativos mas nenhum comportamento da parte destes pode afectar esse desacordo, então não há simplesmente nenhuma matéria de facto (‘fact of the matter’). No caso da ciência natural, por outro lado, há uma matéria de facto, mesmo se todas as possíveis observações são insuficientes para a patentear de modo único. Os factos da natureza excedem (‘outrou’) as nossas teorias, tal como todas as possíveis observações, enquanto a semântica tradicional excede os factos da linguagem. (...) Assim, a indeterminação da tradução é uma indeterminação adicional à sub-determinação da natureza”.

⁴⁵. “Relativité de NB: l’Ontologie”, *op. cit.*, p. 59.

igualmente fazer sentido dizê-lo de qualquer outra pessoa". A razão é que, "como bem sublinhou Dewey, não há linguagem privada"⁴⁶.

Dito isto, chegamos ao ponto crucial que leva Quine a introduzir no assunto em análise o seu "princípio da relatividade". Reconhecendo ele próprio que é uma "doutrina absurda" termos de negar que exista qualquer diferença, "interlinguística ou intralinguística, objectiva ou subjectiva, entre referir coelhos e partes de coelhos", acaba por adiantar que essa diferença pode mesmo ser ostentada como diferença. Pode fazer-se isso utilizando as respectivas palavras da nossa "linguagem materna" bem como certos mecanismos auxiliares — como sejam os predicados de identidade, de diferença "e outras partículas lógicas". Temos então nesses factores "o nosso quadro de referência ou o nosso sistema de coordenadas"⁴⁷. Afirmar-se-á em suma — e nisso consiste o "princípio da relatividade" de Quine — que "a referência é sem sentido excepto relativamente a um sistema de coordenadas"⁴⁸.

O caso em geral, e de modo mais explicativo, é que não tem sentido perguntar "em termos absolutos" se os termos "coelhos" e "partes de coelho" se referem realmente a coelhos e partes de coelhos, até porque alguém pode sempre retorquir: "mas 'coelhos' e 'partes de coelhos' em que sentido de 'coelhos' e 'partes de coelhos?'". Ou seja: só tem sentido a pergunta por relação "a uma qualquer linguagem de fundo", e essa linguagem pode mesmo implicar o regresso a uma outra linguagem de fundo. Em resumo: é a linguagem de fundo "que dá o sentido em questão, embora se trate apenas dum sentido relativo; trata-se com efeito de um sentido relativo a essa linguagem de fundo. Pretender uma referência de modo mais absoluto seria como pretender determinar uma posição absoluta ou a velocidade absoluta, em vez da posição ou da velocidade relativamente a um dado quadro de referência"⁴⁹.

⁴⁶. "Relativité de l'Ontologie", p. 60. Poderá parecer estranho que por vezes falemos das duas teses como se elas fossem uma só, mas o facto é que (para além daquilo que o próprio Quine sublinha e já foi reportado em nota anterior) onde há inescrutabilidade da referência há indeterminação da tradução e vice-versa. Só em frases podemos usar termos, e tanto a lógica das frases se estende a estes como a lógica destes se estende àquelas. Mais em particular, não é possível efectuar um acto de referência sem um acto correlativo de significação (e vice-versa).

⁴⁷. *Id.*, pp. 60-61.

⁴⁸. *Id.*, p. 61.

⁴⁹. *Id.*, pp. 61-2.

O “princípio da relatividade” de Quine é pois análogo ao da relatividade einsteineana, inclusivamente no ponto em que neste um “sistema de coordenadas” (ou de referência) pode remeter sempre para um outro e naquele uma “linguagem de fundo”, pelo menos virtualmente, também o pode sempre para uma outra⁵⁰. Na prática porém, anota Quine, pode terminar-se com essa regressividade infinita das linguagens de fundo subordinando-nos à “nossa língua materna e tomando as suas palavras no seu valor nominal”⁵¹.

O que se verifica na prática, no entanto, não se verifica necessariamente em teoria — e muito em particular em certas “teorias” —, tal como não se verifica em casos de “problematização”. Com efeito, ao falar-se de referência e de significação fala-se daquilo que Quine apelida de “ontologia” (os objectos referidos por uma linguagem ou os valores que tomam as variáveis duma teoria mais ou menos formalizada), e as “questões ontológicas”, se são carentes de sentido “quando tomadas absolutamente”, é porque envolvem circularidade: — a questão “O que é um F?”, por exemplo, só pode ser respondida por recurso a um outro termo (“Um F é um G”). Essa questão, por conseguinte, só tem um sentido relativo: ou “à aceitação acrítica de G”, ou ainda, poderá dizer-se, a um outro termo para além de G⁵². Segue-se pois que “especificar” o universo objectual duma teoria só pode equivaler a “reduzir” esse universo a um outro — os números, por exemplo, poderão especificar-se em termos de classes de classes equipotentes⁵³ —, mas além disso, e de modo mais genérico, tanto se podem encontrar vários “modelos” que satisfaçam a “forma” de dada teoria científica, como se pode, através daquilo que Quine apelida de “funções-de-substituição”, alterar a “ontologia” de certas teorias “físicas” sem afectar a sua “estrutura” e o seu respectivo “suporte empírico”. Tudo isso, porém, só à custa da interpretação ou reinterpretação das teorias originalmente em causa, e portanto no quadro de uma certa linguagem ou teoria de fundo (que o mais das vezes será omni-inclusiva). Teremos pois sempre aí em cena o princípio da relatividade, bem como a indeterminação da

⁵⁰. Cf. *id.*, p. 62.

⁵¹. *Ibid.*

⁵². Cf. *id.*, p. 66.

⁵³. Cf. sobre o assunto *id.*, pp. 56-7. Cf. tb. “Ontological Reduction and the World of Numbers” (1951), in *The Ways of Paradox and Other Essays*, Harvard University Press, Cambridge et alia, 1976, pp. 212-220.

referência e da tarefa interpretativa (da tradução...) — se as teorias de partida admitirem mesmo vários “modelos” ou várias possibilidades de “substituição” ontológica (dos objectos a que originalmente se reportavam)⁵⁴. É assim que Quine acaba por defender que a “ontologia” é duplamente relativa: “Especificar o universo dum teoria apenas tem sentido por relação a uma teoria de fundo, e unicamente por relação à escolha dum manual de tradução dum teoria na outra”⁵⁵. Acontece porém que com essa tarefa não se estanca necessariamente a regressividade (virtualmente

⁵⁴. Sobre as várias possibilidades que se invocaram de “manusear” discursos ou teorias cf. “Relativité de l’Ontologie”, *op. cit.*, pp. 63-4, 66-7 e 68 ss. Já aí Quine invoca abundantemente as chamadas “funções-de-substituição”, mas sobre o assunto pode ver-se tb. *Pursuit of Truth*, § 12, pp. 31-32 e “Things and Their Place in Theories”, in *Theories and Things* (pp. 1-23), pp. 19-20. Diz-se neste último texto que tais funções são precisamente “regras” que permitem associar “um único objecto de um tipo supostamente novo a cada um dos ‘velhos’ objectos” de dada teoria científica, “sem de modo algum perturbar quer a sua estrutura quer o seu suporte empírico”: onde “ Px ” originalmente significava que x é um cão (“ P ”), por exemplo, reinterpreta-se “ Px ” como significando que x é a porção “vitalícia” de espaço-tempo ocupado por um cão (p. 19). Tem-se pois que é necessário reinterpretar os termos gerais dessa suposta teoria, não podendo isso ser feito sem correlacionar termos iniciais e termos derivados: no fundo, sem correlacionar duas teorias uma das quais funcionará como teoria ou linguagem de fundo (a teoria inicial, por exemplo, que pode ser omni-inclusiva). Ainda em “Things and Their Place...” Quine conclui da lógica das funções-de-substituição a “inescrutabilidade da referência”, do mesmo passo que sublinha a necessidade da tradução: “Dizer de que objectos alguém está a falar não é mais do que dizer como nos propomos traduzir os seus termos nos nossos; temos a liberdade de variar a decisão recorrendo a uma função-de-substituição” (p. 20).

⁵⁵. “Relativité de l’Ontologie”, *op. cit.*, p. 67. Sublinhe-se, para melhor se compreender esta asserção de Quine, que em todos os cenários em que se “manipula” uma dada teoria, nos vários sentidos mencionados no texto, acaba sempre por ser posta em jogo uma outra teoria (não se pode considerar, por exemplo, que um “modelo” seja exactamente a mesma teoria que aquela de que é modelo, ou que uma teoria em que se fala de cães seja exactamente a mesma que aquela em que se fala de porções de espaço-tempo ocupadas por cães; só pelo lado puramente formal, ou então pelo lado formal anexado à correspondente evidenciação empírica — encarada à maneira de Quine, é claro —, teremos uma teoria e não duas). No entanto, o que pode suceder é que essa outra teoria seja claramente “subordinada” à teoria original (o seu universo objectivo será uma “porção do universo” desta, caso em que funcionará esta como “teoria de fundo”) — cf. *id.*, pp. 63-4. Sobre três tipos de exigências, diferentes em grau de “severidade”, quanto à relação entre teorias e “teorias de fundo”, ver *id.*, pp. 73-75.

infinita) de teorias ou linguagens — já que o universo objectual de qualquer teoria de fundo também merece ser especificado... Apesar disso, e aludindo à já mencionada “problematização”, Quine não deixa de apurar ou resumir o alcance das suas teses dizendo o seguinte: “Permanecendo a bordo da nossa própria linguagem, e não abanando o barco, nele deslizamos suavemente e tudo vai bem; ‘coelho’ denota coelhos, e não faz sentido perguntar ‘coelhos em que sentido de coelhos?’”. A referência torna-se inescrutável é se, abanando o barco, intentarmos um mapeamento permutativo da nossa linguagem sobre si mesma ou se empreendermos a tradução”⁵⁶.

São estas, no essencial, as posições de Quine que aqui nos importa reter. Elas podem ser resumidas — e já um pouco criticamente — da seguinte maneira: a) em teoria, o “princípio da relatividade” tanto se aplica à referência como à significação, e tanto à referência e significação no interior duma “língua materna” como, por maior força de razão, quando estão em jogo duas linguagens substancialmente diferentes (e tanto mais quanto mais funda for essa diferença)⁵⁷; b) a indeterminação da referência e da significação,

⁵⁶. “Things and Their Place in Theories”, *op. cit.*, p. 20. Para melhor se compreender tal perspectiva de Quine, veja-se o que ele diz em *Word and Object*, § 7, p. 27, precisamente depois de sublinhar que é um tanto sem sentido afirmar que “uma distinção de significado que não se reflecta na totalidade das disposições para o comportamento verbal é uma distinção indiferente”: “O sentido deste assunto [refere-se à afirmação citada] pode tornar-se claro reformulando-o da seguinte maneira: a totalidade infinita das frases de qualquer linguagem de um falante pode ser de tal modo permutada, ou mapeada sobre si mesma, que (a) a totalidade das disposições para o comportamento verbal do falante permanece invariante; todavia (b) o mapeamento não é uma mera correlação de frases com frases *equivalentes*, em qualquer sentido plausível de equivalência, mesmo que vago. Incontáveis frases podem divergir drasticamente dos seus respectivos correlatos, e no entanto as divergências podem ser de tal maneira equilibradas umas com as outras que é preservado o padrão global das associações das frases umas com as outras e com a estimulação não-verbal. Quanto mais firmes forem os laços duma frase com a estimulação não-verbal, naturalmente, menos essa frase poderá divergir dos seus correlatos sob qualquer mapeamento desse género”. De modo significativo, indica Quine logo a seguir que é isso mesmo que pode ser evidenciado “menos abstractamente e de modo mais realista” com o caso da “tradução radical”. E apresenta então o enunciado da respectiva tese (da “indeterminação da tradução”).

⁵⁷. Veja-se o que se diz em *Word and Object*, § 16, p. 75: “Tal como só podemos falar significativamente da verdade duma frase dentro dos termos dalguma teoria ou esquema conceptual (...), assim, de uma maneira geral, apenas dentro dos termos de algum sistema particular de hipóteses analíticas podemos falar significativamente de sinonímia inter-linguística”.

quando não está em jogo este último caso — e também quando não estão em causa os cenários teórico-científicos acima mencionados — , é um problema que na prática não chega a ser um verdadeiro problema; c) todavia Quine assemelha, no âmbito de tal indeterminação, o que se passa com o nosso vizinho com aquilo que se passa a nível pessoal — o que é nitidamente exagerado; d) embora toda a temática em análise seja percorrida pelo problema da comunicação, trata-se de um problema que Quine de facto minimiza ou não chega a explicitar enquanto tal; e) Quine presume que não põe propriamente em causa a viabilidade das traduções, muito embora reconheça que elas tanto mais “frágeis e arbitrárias” serão quanto mais respeitarem a linguagens com “esquemas conceptuais” muito diversificados⁵⁸; f) aquilo que acima de tudo Quine tem em vista com as duas teses, enfim — de um certo ponto de vista teórico que todavia não esgota o alcance delas —, é a concepção que ele julga tradicional ou dominante acerca das ideias, dos significados e das proposições. É isso mesmo que ela anota em resposta à objecção de Chomsky. E é assim que as duas teses são percorridas de alto a baixo pelo pressuposto “behaviorista” e pelo pressuposto “anti-mentalista”⁵⁹.

⁵⁸Na já atrás mencionada Réplica a Chomsky, Quine diz mesmo: “A tradução vai bem e recomenda-se”. Diz por outro lado em “Indeterminacy...Again”, *op. cit.*, p. 9: a tese da indeterminação “não significa que não há nenhuma tradução aceitável, mas que há muitas. Um bom manual de tradução ajusta-se a todos os pontos de controlo do comportamento verbal e aquilo que não se manifeste em qualquer ponto de controlo em nada o poderá afectar”. Sobre a “fragilidade” e “arbitrariedade” da tradução no sentido indicado, cf. “Parler d'objets”, *op. cit.*, p. 18 e pp. 36-7, onde Quine aliás faz incidir esses mesmos traços à tradução dos textos de culturas do passado. O que estará sempre em causa, seja como for, é a impossibilidade de pôr em “correspondência”, de modo único, diferentes “esquemas conceptuais”; a correspondência entre palavras, locuções ou teorias “será apenas uma de entre diversas correspondências empiricamente admissíveis”, nada havendo acerca de que “semelhante correspondência possa ser univocamente correcta ou errónea” (p. 37).

⁵⁹São a todos os títulos significativas as seguintes palavras de Quine na Réplica a Chomsky (*Words and Objections*, p. 304): “Persiste a convicção, muitas vezes irreconhecida, de que as nossas frases exprimem ideias, e exprimem estas ideias em vez daquelas outras, mesmo quando através de critérios behavioristas nunca se possa dizer quais. Persiste a obstinada opinião de que podemos dizer intuitivamente qual a ideia que a frase de alguém exprime, seja até a nossa própria frase, mesmo quando a intuição é irreduzível a critérios behavioristas. É por isso que se pensa que a pergunta ‘O que diz o nativo?’ tem uma correcta resposta independentemente de escolhas entre manuais de tradução mutuamente incompatíveis”.

Não é todavia ainda o momento de as submeter à devida crítica. Para melhor preparar essa tarefa, é instrutivo examinar as posições que sobre o assunto tomaram Donald Davidson e John Searle.

III. DAVIDSON E SEARLE: RÉPLICAS A QUINE

Davidson aceita as teses da indeterminação da tradução e da referência sob pressupostos e argumentos um tanto similares aos de Quine. É certo que presume atenuá-las um tanto, nomeadamente por as fazer assentar numa lógica das “condições de verdade” (verdade à Tarski) e por substituir à “tradução radical” o que apelida de “interpretação radical” (onde aplica de modo mais lato o chamado “princípio da caridade”)⁶⁰. No entanto, porque dimensiona aquelas condições de verdade à luz da “evidência relevante (actual ou potencial) — tendo apenas em conta, para o caso, as “situações objectivas” ou “eventos” que “causam” a “resposta ou atitude” de determinado falante —, os resultados serão no essencial idênticos⁶¹.

Haverá nomeadamente “esquemas de referência” alternativos que podem ser “equivalentes” por estarem subordinados às “mesmas condições de verdade”⁶². No quadro dum artifício “técnico” já invocado por Quine — a possibilidade de substituir o universo objectual de dada linguagem através daquilo que apelida de funções de “permutação” —, Davidson dá o seguinte exemplo: numa teoria “Pedro” refere-se a Pedro e o predicado “é alto” refere-se às coisas altas enquanto noutra teoria “Pedro” pode muito bem referir-se à

⁶⁰ Cf. “Belief and the Basis of Meaning” (1974), in *Truth and Interpretation*, Clarendon Press, Oxford, 1984 (pp. 141-154), pp. 153-4. Cf. tb. “Truth and Meaning” (1967), in *id.* (pp. 17-36), pp. 27 e 35.

⁶¹ Sobre a “evidência relevante”, etc., cf. “The Inscrutability of Reference” (1979), in *op. cit.* (pp. 227-241), pp. 230-1, onde inclusivamente Davidson apresenta quanto ao assunto algumas diferenças por relação a Quine: enquanto este descreve os “eventos ou situações” em termos de “padrões de estimulação”, ele diz preferir descrições em termos mais compatíveis com as respectivas frases; por outro lado Quine dará mais peso do que ele à graduação das frases “em termos de observacionalidade”, e onde Quine perspectiva o assentimento ou dissentimento em função do “teste behaviorista”, ele diz “desconfiar” do behaviorismo (‘I despair behaviourism’), aceitando “atitudes intensionais” relativamente às frases, tal como o “considerar verdadeiro” (‘holding true’).

⁶² “The Inscrutability...”, p. 229.

sombra de Pedro e “é alto” às sombras das coisas altas; porém, se admitirmos que todos os objectos têm uma e uma só sombra, temos que as “condições de verdade” dessas duas teorias, bem como os respectivos “esquemas de referência”, são “claramente equivalentes”⁶³. Tais esquemas são “empiricamente” equivalentes mas apesar disso diferentes ou “alternativos”. Logo: nenhum intérprete que do exterior (daquelas teorias) ouça alguém a proferir a frase “Pedro é alto” poderá determinar de modo único o “esquema de referência” realmente em causa, e portanto também a significação ou a tradução da frase será afectada de indeterminação⁶⁴.

Acontece no entanto que Davidson aceita as duas teses de Quine excepto num ponto: não aceita (pelo menos ao modo deste) a relatividade da referência. O seu argumento é que não é por relação a um quadro de fundo — a uma linguagem ou meta-linguagem — que se *fixa* de modo único a referência, uma vez que dando-se o primeiro passo da relativização logo se terão de dar outros passos — numa regressividade infinita em que uma linguagem ou meta-linguagem sempre suscita uma outra⁶⁵. Em suma: “Se a referência é relativa ao meu quadro de referência, tal como ele já está contido na minha própria linguagem, tudo aquilo que pode ser fornecido para dar às minhas palavras uma referência é aduzido

⁶³ Cf. *id.*, p. 230. Explica Davidson, invocando precisamente um modelo da verdade à Tarski, que a primeira teoria “nos diz que a frase ‘Pedro é alto’ é verdadeira se e somente se Pedro é alto”, enquanto a segunda “nos diz que ‘Pedro é alto’ se e somente se a sombra de Pedro é a sombra duma coisa alta”. (Por comodidade, onde Davidson põe “Wilt” colocámos “Pedro”). Sobre as funções de “permutação”, que de facto são algo de idêntico àquilo que Quine apelida de “funções-de-substituição”, ver *id.*, p. 229. Sublinha bem Davidson, na p. 231, que aderindo-se aos tais critérios (só no detalhe diferentes dos de Quine) da “evidência relevante (actual ou potencial)”, pode não ser possível “escolher entre teorias e as suas permutações”.

⁶⁴ Veja-se *id.*, p. 235: “Aquilo que um intérprete não pode decidir, com fundamentos empíricos, acerca da referência das palavras de um dado falante (‘of a shemer’s words’), não pode ser um traço empírico dessas palavras. Portanto essas mesmas palavras, mesmo quando escolhidas de entre alternativas arbitrárias, não podem determinar de modo único um esquema de referência”. E em “Belief and the Basis of Meaning”, *op. cit.*, p. 154: “A indeterminação do significado ou da tradução não representa a incapacidade de apreender distinções significantes; assinala é o facto que certas distinções aparentes não são significativas. Se há indeterminação é porque, mesmo quando se está em presença de toda a evidência, permanecem abertas vias alternativas para exprimir os factos”.

⁶⁵ “The Inscrutability of Reference”, *op. cit.*, pp. 227-8; pp. 231-4.

simplesmente pelo facto de falar a minha própria linguagem. O mesmo deve ser verdadeiro da minha palavra 'referência' aplicada a uma outra linguagem. Isto porém é (...) exactamente o que Quine nega"⁶⁶.

Sendo esta a posição de Davidson, é no entanto de sublinhar que Quine nega isso e não nega: não o nega em termos práticos, como vimos — mas mesmo a esse nível incide a relatividade —, negando-o sim em quadros de problematização ou das questões teórico-ontológicas atrás mencionadas. Esclareça-se por outro lado que Quine não afirma propriamente que através do expediente da relativização a referência ou a significação se tornam “fixas” (a não ser de modo provisório ou em sentido “prático”), mas precisamente “relativizadas”.

Davidson porém é avesso a qualquer forma de “relativismo” — que pretende atacar em autores como Whorf, Kuhn, Feyerabend, etc. —, vê esse relativismo intimamente solidário daquilo que apelida de “terceiro dogma” do empirismo (que estará nomeadamente em Quine, na distinção entre “esquemas conceptuais” e “conteúdos empíricos”), e é sobretudo a essa luz que se deve compreender a sua posição. Isto é: vendo com suspeita a metalinguagem e não aceitando a distinção entre “esquemas conceptuais” e realidade não interpretada (“conteúdos empíricos”) — ao mesmo tempo que lança mão da sua teoria da “interpretação radical” —, Davidson chegará mesmo a defender — com maus argumentos ou pressupostos, quanto a nós — que nem se pode dizer (de forma inteligível) que há só um esquema conceptual comum a todos os homens nem que há esquemas diferentes ou incomensuráveis⁶⁷.

⁶⁶ *Id.*, p. 233. De modo paritário, defende Davidson que “A verdade é relativa a uma linguagem-objecto, mas não a uma meta-linguagem” (*ibid.*).

⁶⁷ Cf. “On the Very Idea of a Conceptual Scheme” (1974), in *Truth...* (pp. 183-98), p. 198. Eis em resumo a sua posição: “Abandonando a dependência relativamente ao conceito duma realidade não interpretada, algo fora de todos os esquemas da ciência, não renunciamos à noção de verdade objectiva — bem ao contrário. Mas se assumirmos o dogma do dualismo esquema-realidade, temos a relatividade conceptual e a verdade relativa a um esquema. Sem o dogma, este tipo de relatividade vai pela borda fora” (*ibid.*). É pois também neste quadro que Davidson vê em Quine um certo “relativismo cultural”: “Algum conceito de relativismo cultural parece inspirar a pretensão de Quine segundo a qual a referência, a verdade e a ontologia têm de ser relativizadas a uma teoria de fundo ou linguagem” (“The Inscrutability of Reference”, *op. cit.*, p. 233). Quando às posições defendidas

É certamente em função de todos estes parâmetros teóricos que Davidson, por outro lado, acaba por radicalizar muito mais do que Quine a inescrutabilidade da referência a nível pessoal e “doméstico”. Com efeito, e ainda sob o argumento de que a linguagem é “pública”, põe esse problema num autêntico beco sem saída. Diz-nos ele: “As características semânticas da linguagem são características públicas. Aquilo que ninguém pode em dado caso depreender da totalidade da evidência relevante não pode fazer parte do significado. E uma vez que qualquer falante deve saber isto, ainda que num vago sentido, não poderá mesmo pretender usar as suas palavras com uma única referência, pois sabe que não há maneira de essas palavras transmitirem a referência a outrem”⁶⁸. Pois bem; negada a relatividade e posta nestes termos a referência a nível pessoal e “doméstico”, Davidson não deixará de iludir o problema da comunicação linguística e “ontológica” recorrendo a uma teoria das “crenças” tudo menos que contestável, colocando-se numa posição redutora em que se invoca “a linguagem” mas não as “linguagens”, presumindo que se pode deduzir daquela a estrutura da realidade e decaindo indisfarçavelmente no mais agudo dos “etnocentrismos”⁶⁹.

em “On the Very Idea...”, os maus pressupostos e argumentos de Davidson são no essencial os seguintes: a) assumir que só teria sentido afirmar a diferença ou incomensurabilidade entre esquemas conceptuais (ou “pontos de vista”) em função duma linguagem “comum” (em função dum “comum sistemas de coordenadas” onde colocar o que é diferente) — o que do mesmo passo, a ser isso exequível (a existir tal elemento “comum”), afectaria quer a suposta diferença quer uma “dramática incomparabilidade”(cf. pp. 184 e 190); b) assumir que esse elemento comum e “neutral” deveria residir, em última análise, fora de todos os esquemas em causa (p. 190); c) assumir que a diferença entre esquemas seria necessariamente igual a intraduzibilidade (p. 190); d) defender que a tradução entre esquemas é sempre possível, ainda que com “parciais fracassos”, no quadro duma teoria da verdade à Tarski anexada à sua própria teoria quanto à “interpretação radical” — onde se usará o “princípio da caridade” de modo latíssimo (cf. pp. 194-97). Pois bem; é claro que se aplicarmos desse modo este princípio (e em função dos nossos próprios esquemas conceptuais, como Davidson sugere — cf. p. 196), não se vê maneira de se poder afirmar a relatividade — e muito menos o relativismo cultural.

⁶⁸ “The Inscrutability of Reference”, *op. cit.*, p. 235.

⁶⁹ A um nível, supõe Davidson que a maioria das crenças das pessoas são verdadeiras, e por isso mesmo é que pode a comunicação ser satisfatória (cf. “The Method of Truth in Metaphysics” (1977), in *Truth...* (pp. 199-214), pp. 199-201)). E a outro nível defende que um bom “método” em Metafísica (ainda que não o único “verdadeiro”) consiste precisamente em estudar “a estrutura geral da nossa linguagem”, pois “ao tornarmos manifestas as características mais gerais da nossa

Passemos entretanto a John Searle, que submete a uma cerrada crítica as teses da indeterminação da tradução e da referência em Quine e Davidson. Observa ele que se em Quine tal indeterminação apenas se segue se desde o princípio (e como princípio, diríamos) se nega o “mentalismo” e se assume o “behaviorismo”, apenas se seguirá em Davidson se “desde o princípio assumirmos que diferentes factos semânticos devem necessariamente produzir diferentes consequências ‘publicamente observáveis’”⁷⁰. Defenderá enfim Searle que as teses de Quine e Davidson acabam por se configurar como uma redução ao absurdo das respectivas premissas⁷¹. Também cremos que sim, mas a perspectiva de Searle quanto ao assunto em discussão não é menos criticável que a daqueles dois autores.

À luz da sua teoria “intencionalista” da significação — eu significo algo a alguém quando esse alguém compreende ou entende aquilo que lhe quero dizer, inclusive em função das “regras” da língua e com a força “ilocucional” com que o quero⁷² —, mantém ele, logicamente, que não podendo ser verdadeiras as premissas em que se basearam Davidson e Quine também o não poderão ser as

linguagem, tornamos manifestas as características mas gerais da realidade” (p. 199). O caso, como admite, é que “ao partilharmos uma linguagem, em qualquer dos sentidos requeridos para a comunicação, partilhamos uma imagem do mundo que, nas suas características mais genéricas, deve ser verdadeira” (*ibid.*). Quanto ao que apelidamos de “etnocentrismo”, são eloquentes as seguintes palavras: “Se não pudermos encontrar uma maneira de interpretar as elocuições e outro comportamento duma criatura como reveladoras de um conjunto de crenças largamente consistente e verdadeiro em função dos nossos próprios ‘standards’, não temos razão para encarar essa criatura como racional, como tendo crenças ou como dizendo o quer que seja” (“Radical Interpretation” (1973), in *Truth...* (pp. 125-139), p. 137)).

⁷⁰ “Indeterminacy, Empiricism, and the First Person”, *The Journal of Philosophy*, vol. LXXXIV, nº 3, Mar. 1987 (pp. 123-146), p. 141.

⁷¹ Cf. *id.*, pp. 140 e 142. Claro que Quine não pode deixar de discordar duma crítica como esta: “Os críticos disseram que a tese [da indeterminação da tradução] é uma consequência do meu behaviorismo. Alguns disseram mesmo que ela é uma *reductio ad absurdum* do meu behaviorismo. Discordo deste segundo ponto, mas com o primeiro concordo” (“Indeterminacy...Again”, *op. cit.*, p. 5). Cf., no mesmo sentido, *Pursuit of Truth*, § 14, pp. 37-8.

⁷² Cf. *Os actos de fala* (1969), trad. Carlos Vogt et alia, Livraria Almedina, Coimbra, s/d, pp. 59-72. Por força “ilocucional” entende-se a tonalidade associada aos chamados “actos ilocucionais” (que se anexam aos “locucionais”): actos como asserir, duvidar, questionar, etc.

conclusões⁷³. Pretende evidenciar isso deslocando o assunto da impessoalidade da “terceira pessoa” para aquilo que é o caso na “primeira pessoa”. Isto é: são falsas tais premissas e conclusões — diz-nos ele — “porque no nosso próprio caso sabemos que significamos, por exemplo, Pedro como algo de oposto à sombra de Pedro e coelho como algo de oposto a estádio de coelho”. E prossegue: “Quando eu tento entender outro falante eu tento apreender no seu caso algo de semelhante àquilo que sempre está em causa no meu próprio caso. Ora, no meu próprio caso, quando me entendo a mim mesmo, eu sei muito mais do que sob que precisas condições externas tomo estas ou aquelas frases como verdadeiras. Para o dizer de modo tosco: em adição, eu sei aquilo que quero dizer. Assim, se outra pessoa me entende completamente, ela saberá aquilo que quero dizer, e isso em muito ultrapassa, de facto, o mero saber sob que condições eu tomo estas ou aquelas frases como verdadeiras”⁷⁴. Que eu entenda o outro ou que o outro me entenda a mim excede pois qualquer lógica da verdade (contra Quine mas mais nitidamente contra Davidson), o mesmo valendo aliás para que eu e o outro nos entendamos a nós próprios⁷⁵.

Dito isto Searle não deixa de reconhecer que há o problema da “mente dos outros”, centrando-se de resto aí a principal dificuldade da troca das significações⁷⁶. Isso porém, segundo ele, não acarretará distúrbios de maior, uma vez que, para o entendimento intersubjectivo — e “na vida real” — contam como planos de evidenciação nomeadamente “uma Rede de assunções partilhadas” e os “modos de ser e de se comportar no mundo” que também são “cultural e biologicamente partilhados”⁷⁷. É num tal quadro que em princípio não se verifica que quando em português digo que “Pedro é alto” ou “Aí vai um coelho” alguém entenda que eu estou a falar

⁷³ “Indeterminacy, Empiricism...”, p. 141.

⁷⁴ *Ibid.* Também agora, por comodidade estilística, onde Searle põe “Wilt” nós colocámos “Pedro”.

⁷⁵ Cf. *ibid.*

⁷⁶ “Eu sei exactamente aquilo que quero dizer [aquilo que significo], e embora qualquer pessoa o possa apreender erradamente, tal como eu posso apreender erradamente o que qualquer pessoa quer dizer, a dificuldade é o usual ‘problema da mente-dos-outros’, aplicado à semântica” (*id.*, p. 143).

⁷⁷ *Id.*, p. 142.

sobre a sombra de Pedro ou sobre estádios de coelhos⁷⁸. Numa palavra: “Só se obtém esse surpreendente resultado se não tivermos em conta a vida real e se supusermos que estamos a tentar entender a fala de outrem sob a égide duma ‘teoria’, usando apenas como ‘evidência’ as suas atitudes de ‘tomar estas ou aquelas frases ‘como verdadeiras ou as suas disposições para palavrear sob certas condições de estimulação (‘stimulus conditions’)”⁷⁹.

Sendo esta no essencial a posição de Searle, ela não deixa efectivamente de comportar aspectos susceptíveis de crítica. Além de não se poder manter que as assunções e modos culturais formam um sistema aproblemático de partilha (mesmo dentro da mesma comunidade), não se pode afirmar sem mais, como ele também o faz, que a linguagem é uma mera “questão pública” (‘a public matter’). E muito menos se pode dar por garantido, em absoluto, que “duma maneira geral podemos reconhecer aquilo que uma pessoa significa se soubermos o que ela diz e sob que condições o diz”⁸⁰. No mínimo coloca-se muitas vezes o problema da interpretação daquilo que é dito e das respectivas condições, e se essa interpretação não se pode fundar em exclusivos critérios behavioristas, também nem sempre se pode fundar, contrariamente ao que Searle admite, em qualquer tipo de “evidência”⁸¹. Há em suma a dimensão “mentalista” — da qual Searle não retira as devidas consequências —, e essa dimensão é indubitavelmente uma das principais fontes dos casos de inescrutabilidade ou indeterminação. Supõe porém ele que embora o interpretar da linguagem dos outros esteja sujeito “à mesma espécie de subdeterminação que qualquer outra pretensão acerca das mentes alheias”, isso nem significa que haja qualquer “indeterminação” nem que não possamos “em geral

⁷⁸ *Ibid.*

⁷⁹ *Ibid.*

⁸⁰ *Id.*, p. 142.

⁸¹ Sustenta ele, com efeito: é claro que a certeza quanto ao que alguém significa não pode consistir num “sumário (publicamente disponível) da evidência”; trata-se sim da “mesma espécie de certeza que nós temos acerca do que são as intenções de um homem através da observação constante daquilo que ele está a fazer. Em ambos os casos sabemos o que está em causa porque sabemos como interpretar a ‘evidência’. E em ambos os casos as pretensões que temos em muito excedem meros sumários da evidência, tal como qualquer pretensão acerca da ‘mente-dos-outros’ em muito excede um sumário da evidência ‘pública’” (*id.*, p. 142).

deduzir exactamente aquilo que as outras pessoas significam daquilo que elas dizem”⁸².

Searle aliás defende expressamente que para entender os outros e para nos entendermos a nós mesmos aquilo que se exige (entre outras coisas) “é um conhecimento de conteúdos intencionais”⁸³. Ora é mais do que óbvio que tais conteúdos são da esfera do mental. Ele porém, quando afirma que a linguagem é uma “questão pública”, logo especifica que não se trata duma questão de significados “enquanto entidades susceptíveis de introspecção, não se trata duma questão de objectos privados, de acesso privilegiado ou qualquer coisa do tipo da parafernália cartesiana”⁸⁴. Em que ficamos pois? Ficamos precisamente em que Searle não tira todas as consequências do seu “mentalismo” — não tira todas as consequências do problema da “mente dos outros” (que apesar de tudo admite existir)⁸⁵.

É enfim de reconhecer que aqueles conteúdos intencionais é que acima de tudo se encerram na relativa inescrutabilidade das mentes alheias e até da nossa própria mente. Pelo menos, nem sempre transparecem ao nível da linguagem. E mesmo aqueles que possam transparecer, não é no circuito de uma linguagem que possa ser de todo em todo considerada “pública” ou universalmente comunicável⁸⁶.

⁸² *Id.*, p. 147.

⁸³ *Id.*, p. 146. Em *Intentionality* (1983), Cambridge University Press, Cambridge et alia, 1997, Searle define a intencionalidade como a “propriedade da mente (cérebro) pela qual ela é capaz de representar outras coisas” (p. 24), e nos “conteúdos intencionais” (também chamados “representativos”) tanto inclui os “estados intencionais” (como crenças, desejos e as próprias intenções) que são realizados linguisticamente (que apelida de “conteúdos proposicionais”) como os não realizados linguisticamente (cf. pp. 6 e 177). Por outro lado, a pp. 65-6, explica que os conteúdos intencionais não determinam as suas condições de satisfação de modo isolado mas holístico: numa rede de conteúdos e de capacidades de tipo não representativo.

⁸⁴ *Id.*, p. 146.

⁸⁵ Em *Intentionality*, p. 262, Searle defende expressamente que há coisas como “fenómenos mentais intrínsecos”, os quais não podem ser reduzidos a outras coisas nem “eliminados por qualquer tipo de re-definição” — e dá como exemplos as crenças, os desejos, as experiências perceptuais, os pensamentos, os sentimentos, etc. Searle denuncia aliás, pp. 263 ss., a “tendência anti-mentalista” que vigora na filosofia analítica.

⁸⁶ É certo que Searle admite que o conhecimento dos “conteúdos intencionais” não equivale a um padrão behaviorista (cf. *id.*, p. 146), mas também não se vê ao que possa equivaler. Que não equivale a um padrão behaviorista, segundo ele (e como vimos), é aquilo que se evidencia no “caso da primeira pessoa” (*ibid.*), mas obviamente que aquilo que é o caso na primeira pessoa não é necessariamente o caso na “terceira pessoa” (o problema da mente-dos-outros...).

A minha linguagem, em suma (a minha língua mais o conjunto dos meus enunciados), não coincide necessariamente ou no todo com a linguagem dos outros, e esse é inclusivamente um aspecto não dispiciendo da diversidade das “mentes” em geral. A par da relativa inescrutabilidade destas, é isso que em última análise delimita a verdadeiro alcance dos problemas da referência, da significação e da comunicação. Eles radicam, em última análise — já em parte o sublinhámos no início deste ensaio —, no facto de nem existir uma única “mente” nem uma linguagem única e universal. Há antes mentes várias e linguagens várias que obedecem a diferenciados “esquemas conceptuais”.

É basicamente isto que é necessário ter em conta para finalmente dirirmos e “superarmos” as posições de Quine, Davidson e Searle.

IV. VS. QUINE, DAVIDSON E SEARLE: O PRINCÍPIO SEMIÓTICO DA RELATIVIDADE

Em acordo com as observações acima feitas convém gizar uma adequada teoria da “mente”, sendo para o efeito de introduzir uma explicação que Lee Whorf aduz ao seu “princípio da relatividade”. Depois de sublinhar que a forma como qualquer pessoa pensa se liga intimamente à sua própria linguagem, especifica ele que “cada linguagem é um vasto sistema de modelos (...) onde estão culturalmente inscritas as formas e categorias através das quais um indivíduo não apenas comunica, mas também analisa a natureza, retém ou negligencia certos tipos de relações e fenómenos, conduz o seu raciocínio e constrói a casa da sua consciência”⁸⁷.

É esta uma perspectiva interessante a vários títulos: primeiro, porque é de a considerar no essencial pertinente, concordando aliás com posições que se inserem num certo neo-kantismo linguístico (posições de Herder, Humboldt e Cassirer, nomeadamente)⁸⁸; depois, porque se pode conjugar até certo ponto com o “princípio da relatividade” do próprio Quine (os diferentes “esquemas

⁸⁷ “Language, Mind and Reality”, in *Language, Thought...* (pp. 246-270), p. 252.

⁸⁸ Ver um excelente resumo dessas posições em Adam Schaft, *Linguagem e conhecimento*, ed. cit., Partes I e II.

conceptuais” ou linguagens implicam diferentes modelos de “objectuação”), mas é independente de qualquer forma de “holismo” mais ou menos “cientista”; depois porque introduz implicitamente o problema de “comunicação”; finalmente, porque faz da linguagem a morada da consciência.

É precisamente este último ponto que nos induz a avançar uma teoria “ad hoc” da mente, especificando melhor as considerações já atrás efectuadas. A mente, do mesmo passo que é um cenário de crenças, objectivos, ideias, etc., é fundamentalmente um “dispositivo de linguagem” (a par da respectiva estrutura, um conjunto de termos e frases provindos dum “arquivo” que retém o legado de vários espaços e tempos)⁸⁹. À mente, por outro lado, está intimamente associado aquilo que apelidaremos de “alma” — um cenário de tonalidades afectivas e de paixões. É no espaço cruzado desses dois cenários que se exercem os vários actos de fala (todavia também condicionados por factores extra-sujeituais), mas é de facto de assumir que nem tudo na mente ou na alma se reduz à linguagem — e muito menos a quaisquer formas de behaviorismo. De modo análogo, embora tenhamos na mente e na alma dois princípios de “intencionalidade”, nem toda a intencionalidade se investe num plano de imediata “percepção” ou expressividade (pense-se no silêncio, por exemplo; pense-se em muitos efeitos “perlocucionais”)⁹⁰.

Dito isto, é claro que existem vários “grupos de mentes” (mais ou menos associados a distintas comunidades linguísticas), tal como existem, obviamente, as “mentes individuais”. É também claro, por outro lado, que nem os “grupos de mentes” se reduzem à “mente”, nem as “mentes individuais” aos “grupos de mentes” (o mesmo

⁸⁹ Utiliza-se aqui a noção de “arquivo” numa acepção próxima da de Michel Foucault em *L'archéologie du savoir*, Gallimard, Paris, 1969, pp. 166-173.

⁹⁰ Os actos “perlocucionais”, distintos dos locucionais e dos ilocucionais, consistem, segundo a definição de Austin, em causar qualquer coisa pelo facto de se dizer qualquer coisa; trata-se enfim de “efeitos” desencadeados sobre os sentimentos, pensamentos, acções dos ouvintes, etc. — como persuadir, suscitar temor, ira, etc. (cf. *How to do Things with Words* (1955), Clarendon Press, Oxford, 1965, pp. 101-02). Acontece no entanto que o próprio Austin ligava esses efeitos à “intenção” de os produzir, mas tal intenção nem sempre será uma intenção patente, nem sempre poderá ser reconhecida e muitas vezes será até dissimulada. Por outro lado, aqueles pretensos efeitos também podem carecer de real “efectividade” nesta ou naquela pessoa.

devendo dizer-se das correspondentes “almas”). É nesta base que há que avaliar as posições de Quine, Davidson e Searle.

1). O modo como Quine e Davidson colocam a indeterminação da referência e da significação é um modo notoriamente excessivo — a não ser que aí, inclusivamente, esteja em causa uma perspectiva ontológica radical, pelo menos próxima da “coisa-em-si” kantiana⁹¹. É excessivo e improcedente — por improcedente ser o respectivo pressuposto behaviorista e anti-mentalista —, contrariando aliás certos dados da “etno-linguística” mais ou menos incontestáveis⁹². Referindo-se a esses dados, bem como à teoria das “formas simbólicas” de Cassirer, Quine defende inclusivamente que não se pode propriamente afirmar que profundas diferenças entre linguagens acarretam diferenças na maneira como se pensa ou se perspectiva o mundo; aquilo que “mais geralmente aí se implica — acrescenta — é uma indeterminação de correlação”⁹³. Ora não se vê como se pode tal sustentar — a não ser precisamente sob o mencionado pressuposto e sob a respectiva teoria “empirista” da significação —, até porque, em bom rigor, a existir de facto aquela indeterminabilidade, fica em grande parte carente de sentido a própria tese quineana quanto às traduções⁹⁴. Digamos enfim que é sempre possível entrar (embora com algumas perdas ou “ruídos”,

⁹¹ A posição de Quine quanto aos “esquemas conceptuais” parece de facto implicar algo de análogo à “coisa-em-si” kantiana, mas ele acaba por escusar este tópico em acordo com o seu “holismo” e com o seu “naturalismo”: “A verdade é imanente (...). Devemos falar a partir duma teoria, de uma qualquer de entre várias. O argumento transcendental, ou aquilo que possa parecer uma filosofia primeira, tende geralmente a tomar antes este estatuto de epistemologia imanente (...). O que se dissipa é a questão transcendental da realidade do mundo externo — a questão de saber se ou até que ponto a nossa ciência se mostra à altura da *Ding an sich*.” (“Things and Their Place in Theories”, in *op. cit.*, pp. 22-21).

⁹² Sobre o assunto ver Adam Schaff, *Linguagem e conhecimento*, ed. cit., pp. 90 ss. Schaff, pp. 124 ss., critica alguns aspectos da tese de Sapir e Whorf, mas de modo nenhum contesta a possibilidade da própria actividade etno-linguística. (Ora as teses da Quine e Davidson, se levadas à letra, é isto mesmo que acabam por pôr em causa).

⁹³ *Word and Object*, § 16, pp. 77-8.

⁹⁴ Assim é porque, sendo a “correlação” indeterminada, dissolve-se a ideia basilar que deve presidir a qualquer tradução minimamente pertinente. Seria como tomar como tradução aceitável duma expressão que numa língua eventualmente se refere a homens uma expressão que noutra língua sabemos referir-se a partes de homens ou a sombras de homens (para parafrasear exemplos consabidos). O problema principal, aliás, é que sob a tese de Quine tudo o que ultrapasse o mero

variáveis consoante os casos) nos cenários mentais e anímicos próprios de linguagens substancialmente diferentes da nossa. Mas a única maneira, como é óbvio — e à diferença de Quine (Davidson é mais prudente mas não menos criticável nesta matéria) —, é tentar entrar mesmo nesses cenários e na correspondente “forma de vida”⁹⁵.

(Não nos pronunciamos sobre certos aspectos “técnicos” das duas teses de Quine — muito em particular sobre o recurso, para a “indeterminação”, às relações entre as teorias formais e os seus “modelos” bem como à lógica das “funções-de-substituição”. Esse assunto mereceria uma cuidadosa análise, igualmente “técnica”, a que aqui não podemos proceder. Seja como for, é claro que é diverso o estado e o alcance das mencionadas teses a nível “técnico” e, digamos, a nível “vulgar”).

2. Searle mantém uma posição perfeitamente aceitável quanto ao modo como Quine e Davidson declinaram o problema da

controlo empírico-behaviorista fica insusceptível de tradução (em bom rigor). Diz porém ele em “L'épistémologie devenue naturelle”, in *Relativité de l'Ontologie...* (pp. 83-105), p. 95: “A espécie de significação que é fundamental para a tradução e para a aprendizagem da nossa própria língua é necessariamente a significação empírica e nada mais. (...) A linguagem inculca-se e controla-se socialmente; inculcação e controlo dependem rigorosamente da conciliação das frases com uma estimulação partilhada. Os factores internos são livres de variar *ad libitum*, sem perturbar a comunicação, enquanto a conciliação da língua com os estímulos externos não for perturbada. É indubitável que não temos outra escolha senão sermos empiristas quando está em jogo a nossa teoria da significação linguística”. Assim, e sob estes pressupostos de Quine, não se vê como será possível traduzir um texto numa língua estranha onde se fale, por exemplo, de assuntos teológicos.

⁹⁵ Foi pois com inteira pertinência que, no Colóquio de Royauumont, M. Ryle polemizou com Quine perguntando nomeadamente porque é que o etnólogo envolvido na tradução radical (no “gavagai”...) não faz “como fazem as crianças quando aprendem qualquer coisa — porque é que ele não pede a alguém que lhe ensine?”. Disse-lhe Ryle: “O vosso linguista da selva parece-me ser um dos mais famosos imbecis que alguma vez encontrei. Dir-se-á que ele tenta apreender o que se passa no comportamento linguístico da sua tribo ficando fora da cena. Escutando às portas. Não irá longe” (*La philosophie analytique*, op. cit., p. 181). É de notar que Quine de modo nenhum responde de forma satisfatória a esta objecção (cf. *id.*, pp. 181-2): “Ele aprende junto dos indígenas. Mas em que língua o faz? Admito que o método directo o leve a desembaraçar-se o suficiente de modo a poder colocar questões. Porém, quando as põe, que consegue ele, se admitirmos que não procede como eu o defini teoricamente, a não ser uma resposta a hipóteses já formuladas implicitamente na sua própria língua, e que pressupõem, no seu espírito, uma correspondência não talvez termo a termo mas uma correspondência geral das duas línguas numa significação comum? É precisamente aí, em meu entender, que reside o círculo vicioso” (p. 182). Nada disto se segue, naturalmente.

significação e da referência ao nível “pessoal” (de facto cada um sabe perfeitamente o que significa ou refere, excepto em casos singularíssimos...), mas já o mesmo não se dirá do modo como o problema se coloca a outros níveis. Com efeito, e apesar do que se observou em 1), esse problema subsiste de alguma maneira a nível interlinguístico e intralinguístico, devido precisamente à intervenção dos factores “mentais” e “anímicos” (para não falar em casos como os da “ironia” e do “humor”, bem como em actos de fala “desviantes” ou sistematicamente ambíguos). Tais factores, como já se disse atrás, é que não são de todo em todo escrutáveis (nem se investem todos na linguagem), e mesmo quando o são não é muitas vezes sem algumas distorções ou “ruídos”. Dum ponto de vista comunicacional, aliás, da linguagem fazem parte não só os efeitos “ilocucionais” como os “perlocucionais”, e não é legítimo excluir totalmente estes, como faz Searle, numa lógica da significação⁹⁶. Ora, se os não excluirmos, a essa estrita lógica (à lógica daquilo que se diz e como se diz) tem de se somar uma lógica do “sentido” (onde a par daqueles efeitos se situarão nomeadamente as causas e o alcance daquilo mesmo que se diz nos diversos quadros do espaço-tempo), e uma tal lógica, essa acima de tudo, é uma lógica de notória “indeterminação” (só por isso existem as práticas “hermenêuticas”...)”. Seja no entanto como for — já atrás o sublinhámos —, mesmo os simples “conteúdos intencionais” das pessoas não são tão facilmente determináveis como supõe Searle (quer nas esfera da mesma língua, quer sobretudo na esfera de línguas substancialmente diferentes). Temos enfim, além da lógica do “sentido”, ponderáveis factores que introduzem uma “estética” relativamente opaca nos temas em discussão.

⁹⁶ É essa com efeito a sua posição em *Os actos de fala*, ed. cit., pp. 59-72.

⁹⁷ O caso, inclusivamente, é que também Searle liga indissolavelmente os actos “perlocucionais” à “intenção” de os produzir, mas essa intenção por vezes perde-se ou dissemina-se (ou é equivocada...) a nível comunicacional — mesmo quando há comunicação directa. Acontece isso sobretudo quando a comunicação é diferida espaço-temporalmente. Quanto ao “sentido” trata-se de algo de veras complexo sobre que adiante se acrescentarão mais alguns componentes — com efeito, e como se sinalizou no texto, eles não se resumem à mera intencionalidade “perlocucional” —, mas desde já se pode dizer que um dos seus traços mais notórios é não se situar (pelo menos na sua totalidade...) na ordem “patente” da linguagem. Admite por isso várias “leituras” (muitas vezes entre si incompatíveis) e é precisamente nesse quadro que se inserem as práticas “hermenêuticas” (pense-se, por exemplo, na interpretação da “Bíblia” ou de muitas leis do “Direito”).

3. Quanto ao tópico da relatividade não se vê qualquer razão para as objecções de Davidson a Quine nem àqueles que ele acusa de “relativismo cultural” (como Whorf, Kuhn e Feyerabend). No fundo, já o dissemos, essas objecções são feitas à luz de pressupostos e argumentos improcedentes, sob uma visão monística da linguagem e sob um “holismo” que em última análise é de teor de veras “etnocêntrico”. O princípio da relatividade de Quine, todavia, se bem que comporte uma larga zona de incontestabilidade, não só acaba de certa maneira por se diluir num “holismo” cientista, como implica mais o “falibilismo” do que propriamente o relativismo entendido em sentido amplo. Quine, aliás, acaba por vincar isso mesmo, defendendo inclusivamente que é impossível enunciar a tese do “relativismo cultural”⁹⁸. Nessa estratégia, de resto, pode ser interpretada a sua insistência em que há “indeterminação da correlação” entre linguagens profundamente diferenciadas⁹⁹. A mais inequívoca relatividade de Quine, em suma, é pois uma relatividade “alética” e “científica” cujo referencial exclusivo parece ser o sistema de coordenadas no “barco de Neurath”¹⁰⁰. Ora neste, como Quine sublinha, tudo vai bem se acaso não o abanarmos, se não fizermos um mapeamento permutativo da linguagem sobre si mesma ou se não intentarmos a tradução. É porém de sublinhar, contra Quine, que nem tudo cabe nesse metafórico barco de Neurath...

⁹⁸ “Falibilismo é a palavra-chave, não relativismo. Falibilismo e naturalismo” (The Pragmatists’ Place in Empiricism”, in *Pragmatism: Its Sources and Prospects*, Ed. Robert Mulvaney e Philip Zeltner, University of South Carolina Press, Columbia, 1981, pp. 33-4; cit. por John Murphy, em *O Pragmatismo* (1990), trad. Jorge Costa, Ed. Asa, Porto, 1993, p. 125)). Quanto ao “relativismo cultural” a posição de Quine é que ninguém o pode proclamar “sem se mostrar superior a ele”, mas não se pode mostrar superior a ele “sem o abandonar” (“On Empirically Equivalent Systems of the World”, *Erkenntnis*, 9 (1975), pp. 313-28, p. 328; cit. por Davidson em “The Inscrutability of Reference”, in *op. cit.*, p. 234)).

⁹⁹ Com efeito, se essa indeterminação existe, como é que se pode saber exactamente, ou com um mínimo de fidedignidade, o modo como em qualquer dessas linguagens se recorta o mundo dos objectos? Apenas se poderá dizer, quando muito, que será de um modo relativo à respectiva linguagem — sem mais (tudo o mais será precisamente da ordem do “indeterminado”).

¹⁰⁰ Dizia Otto Neurath em “Protocol Sentences” (1932/33), trad. G. Schick, in Alfred Ayer, *Logical Positivism* (1959: Ed. by), The Free Press, N. York, 1966 (pp. 199-208): “Não existe *tabula rasa*. Nós somos como marinheiros que têm de reconstruir o seu barco no mar largo, nunca o podendo dismantelar na doca seca; temos de o reconstruir fora daí com os melhores materiais. Apenas os elementos metafísicos podem ser dissipados sem deixar rasto. Vagas conglomerações linguísticas sempre

Podemos agora apresentar a nossa própria posição sobre os temas em litígio. De um modo sucinto e esquemático (uma vez que tal posição já tem vindo a ser sinalizada), podemos enfim manter o seguinte:

A). Tanto a significação como a referência, ao nível de qualquer linguagem, comportam às vezes algumas zonas de indeterminação comunicacional (sobretudo devido à intervenção de factores mentais e anímicos próprios do “emissor”), mas o facto não tem efectivamente a envergadura sinalizada por Davidson ou Quine (mesmo em caso de problematização). O que é preciso, no entanto, é tentar “entrar” na “mente” ou no “grupo das mentes” respectivo (bem como nas correspondentes “almas”), o que é preciso inclusivamente, e como sinalizou Wittgenstein, é ter em conta o “uso” das palavras que em qualquer linguagem ou “jogo de linguagem” é feito (não se anula assim necessariamente a indeterminação — por razões já assaz invocadas —, mas é esse pelo menos o único método que permite atenuá-la). No essencial, o problema é análogo quando esteja em causa uma linguagem substancialmente diferente da nossa linguagem “materna” (que aliás, e em bom rigor, também se divide em linguagens diversificadas). É claro que, neste último caso, há uma notória diferença de grau, e a pouco e pouco o que é indispensável é ir penetrando também na “morada” dessa linguagem — “abandonando” a nossa própria morada familiar. Se estiver em causa a tradução, só depois disso é possível traduzir. E é de aceitar que de um modo geral — nomeadamente lançando mão de descrições, perífrases ou mecanismos similares — é sempre possível “importar” com maior ou menor fortuna (no quadro dessa tarefa) significados, referências e mesmo “mundividências” (pelo menos os respectivos “esquemas”)¹⁰¹.

permanecem duma ou outra maneira como componentes do navio. Se o seu carácter vago diminuir num ponto, pode muito bem ser aumentado noutro ponto” (p. 201). São insistentes as referências de Quine a este “barco de Neurath” (que é obviamente o barco da “ciência”). Veja-se por exemplo em “Posits and Reality”, *op. cit.*, p. 253: “A epistemologia (...) não é de modo algum logicamente prévia ao senso comum ou a esse senso comum refinado que é a ciência; ela é antes parte da empresa científica global, uma empresa que Neurath comparou à reconstrução de um barco enquanto este permanece à tona da água”.

¹⁰¹ Sobre uma perspectiva aceitável quanto à tradução, ver Georges Mounin, *Les problèmes théoriques de la traduction*, Gallimard, Paris, 1963.

B). Da significação e da referência é possível isolar teoricamente uma instância de “sentido”, a qual corresponde não só a uma intencionalidade tipicamente “perlocucional” que se coliga à “emissão” de dada linguagem, mas também a efeitos não intencionais, a causas e contextos dessa mesma linguagem (discursivos e não discursivos), ao campo de problemas em que ela se situa e ainda aos “usos” que dela é possível fazer¹⁰². Ora, como já se indicou atrás, nessa instância do sentido é que se situará um dos principais focos de indeterminação — devido precisamente à relativa inescrutabilidade dos seus componentes e à frequente silenciação daquela intencionalidade¹⁰³. Os efeitos de sentido, aliás, não são apenas contemporâneos do tempo da emissão de qualquer fragmento de linguagem, não são necessariamente refêns de qualquer “autoridade originária”, mas propagam-se através de tempos e espaços segundo uma lógica de “recepção” verdadeiramente diferida, casuística e labiríntica: nada linear ou

¹⁰² Repetimos o que já dissemos em nota anterior: a instância do “sentido” é algo de assaz complexo, é algo de difícil determinação teórica, e por isso mesmo agora a caracterizamos de forma necessariamente lacunar. Seja como for, é instrutivo ver sob o assunto Gilles Deleuze, *Logique du sens*, Minuit, Paris, 1969 (nomeadam. pp. 22-35 e 83-91). Aí evidencia bem Deleuze como aquilo que podemos apelar de “sentido” (nós diríamos: “também apelar...”) se coliga a uma dimensão do “problemático” que nunca se deixa reduzir a quaisquer soluções, pelo que se furta quer à lógica da significação, quer da manifestação, quer da designação. É o “sentido” que de alguma maneira “funda” estas mesmas instâncias da linguagem. Mas em que medida? Precisamente na medida em que é um “aliquid” que simultaneamente está “em excesso” e “em defeito” por relação àquilo que em qualquer proposição se diz acerca do respectivo “estado de coisas”. (Uma palavra quanto aos “usos”: é claro que o sentido de dada linguagem pode variar extremamente em função dos usos que dela são feitos ou das estratégias em que a inserimos. O caso, inclusivamente, é que tais usos ou estratégias tanto se podem exercer à margem de qualquer “intencionalidade” que a ela originalmente presidiu como à margem do respectivo contexto e campo problemático).

¹⁰³ Jürgen Habermas, em *Théorie de l'agir communicationnel* (1981), I, trad. Jean-Marc Ferry/Jean-Louis Schlegel, Fayard, Paris, 1987, chega mesmo a defender que as pretensões “perlocucionais”, que se inserem “em acções teleológicas orientadas para o sucesso” e que portanto não se reduzem ao simples “processo de intercompreensão” (complementam-no; não se situam ao nível do conteúdo manifesto dos enunciados), têm de ser dissimuladas (cf. pp. 299-308). Não diremos tanto: não necessariamente ou nem sempre.

homogénea, mas de natureza “rizomática” ou “tabular”¹⁰⁴. A diferença de “posição” e tempo entre emissores e receptores de dada linguagem — a distância, em suma —, é também um dos principais factores daquela indeterminação (que pode volver-se mesmo em indeterminabilidade)¹⁰⁵.

Acresce ainda que, por este prisma, o problema da significação e da referência se encontra notoriamente avolumado. Não só porque *na prática* essas duas instâncias (da significação e da referência) não são perfeitamente isoláveis da instância do “sentido”, mas sobretudo porque, sempre que haja diferença de “posição” e tempo, o receptor da linguagem tem de recuar para um ponto de “origem” para que em absoluto talvez não possa recuar (pelo menos numa forma “pura”)¹⁰⁶. Claro que este problema também se investe quando são contemporâneos o emissor e o receptor numa linguagem — uma vez que nunca há total identidade de posições nem instantaneidade de

¹⁰⁴ Sobre o modelo do “rizoma”, contraposto ao da árvore e suas raízes, ver Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Mille Plateaux*, Minuit, Paris, pp. 31-2: “o rizoma conecta um ponto qualquer com um outro ponto qualquer (...). Diferentemente numa estrutura que se define por um conjunto de pontos e de posições, relações binárias entre esses pontos e relações biunívocas entre essas posições, o rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, enquanto dimensões, mas também linhas de fuga ou de desterritorialização (...). Contra os sistemas centrados (mesmo policentrados, com comunicação hierarquizada e ligações pré-estabelecidas), o rizoma é um sistema acentrado, não hierárquico e não significante...”. É de um modo um tanto análogo que Michel Serres, em *A comunicação*, trad. Fernando Gomes, Rés-Ed., s/d, Porto, pp. 7-15, define o “modelo tabular” enquanto modelo de um “raciocínio de diversas entradas e de múltiplas conexões” — e com superioridade sobre qualquer tipo de “modelo linear”. Umberto Eco, por seu turno, toma o modelo do “rizoma” à Deleuze e Guattari como protótipo do “modelo semântico da enciclopédia” (contraposto ao modelo do dicionário) — cf. *Sémiotique et philosophie du langage* (1984), trad. Myriem Bouzahr, PUF, Paris, 1988, pp. 110-13.

¹⁰⁵ É claro que para uma especificação cabal dos problemas aqui em causa seria necessário considerar os diferentes tipos de linguagem — o grau de indeterminação, à partida, varia com esses tipos. Não cabendo aqui uma tal tarefa, pense-se, por exemplo, na diferença que quanto ao assunto existirá entre a linguagem poética e a linguagem matemática.

¹⁰⁶ Foi essa questão que levantou Heidegger, a propósito da compreensão “historiográfica”, em *Être et temps* (1927), trad. François Vezin, Gallimard, Paris, 1986, § 32, nomead. pp. 198-99. Segundo Heidegger, aquele que vise compreender obras do passado não conseguirá alijar completamente os seus próprios pressupostos nem o seu ponto de vista de observação.

transmissões. Tem assim alguma razão Derrida quando afirma que a comunicação “não é um meio de transporte do sentido, a troca das intenções e dos ‘querer dizer’ (‘vouloir dire’), o discurso e a ‘comunicação das consciências’”¹⁰⁷; é antes um meio de fixação, de iteração, de citabilidade, de espaçamento e de disseminação de “marcas” e de sentidos, sob a possível “ausência” de emissores e destinatários (e mesmo de referentes ou de significados “originais” ou “transcendentais”) ¹⁰⁸. Não diremos tanto. Diremos sim que há graus e graus desse fenómeno (consoante os “meios” de comunicação e as “matérias” a comunicar).

C). E vem assim naturalmente o “princípio semiótico da relatividade” (da significação, da referência e da comunicação). Como já se sugeriu, é de anexar o princípio formulado por Quine (uma vez despojado dos seus pressupostos colaterais) ao princípio formulado por Lee Whorf, mas além disso há que acrescentar outros factores.

Dir-se-á então, de uma forma geral, que a significação e a referência são sempre relativas: a) a uma linguagem e, em casos de problematização, à meta-linguagem dessa linguagem (ou às meta-linguagens, melhor dito...); b) aos sujeitos emissores e receptores dessa mesma linguagem; c) a um “referencial” específico de espaço-tempo (quer pelo lado da emissão, quer pelo lado da recepção), bem como a toda uma série de condições, discursivas e extra-discursivas, que definem esse referencial¹⁰⁹; d) do ponto de vista da emissão e da recepção são ainda sempre relativas a cenários mentais e anímicos,

¹⁰⁷ “Signature événement contexte” (1971), in *Marges de la philosophie*, Minuit, Paris, 1972 (pp. 365-393), p. 392.

¹⁰⁸ Cf. *id.*, pp. 377-81. Para uma crítica de Derrida aos “significados transcendentais” — algo de imutável e não condicionado quer pelas estruturas e “rastos” (i)materiais da linguagem, quer por factores extra-linguísticos —, ver “La structure, le signe et le jeu dans le discours des sciences humaines”, in *L’écriture et la différence*, Seuil, Paris, 1967, pp. 409-427.

¹⁰⁹ Toma-se aqui “referencial”, inclusivamente, no sentido que Michel Foucault atribui a este termo no quadro da sua teoria dos “enunciados” (ver *L’archéologie du savoir*, ed. cit., pp. 116 ss.). É um “referencial” específico que, segundo Foucault, faz com que por exemplo “incolores ideias verdes dormem furiosamente” (enunciado que aparentemente não tem sentido) ou “a montanha de ouro está na Califórnia” (que em princípio não tem referente), signifiquem alguma coisa e se refiram a qualquer coisa (não necessariamente de ordem “reica”). Digamos que “incolores ideias...” pode ser uma frase altamente significativa num referencial poético “surrealista” e “a

quer grupais quer individuais, que o mais das vezes não são coincidentes (os últimos nunca o podem ser, como é óbvio); e) são sempre relativas, finalmente, a uma lógica de “sentido” que, como se disse acima, é uma lógica verdadeiramente labiríntica¹¹⁰.

Dito isto, é claro que o mesmo se investe no “princípio da relatividade” a nível da comunicação (quando se fala em emissores e receptores, é para a dimensão comunicativa que desde logo se apela). São também claros dois aspectos que já sublinhámos no início do presente ensaio: que a base dos problemas da referência, da significação e da comunicação radica no carácter incontornavelmente limitativo destas três vertentes da linguagem (as várias alíneas acima é isso que sinalizam); que tanto mais pertinência terá afirmar o princípio da relatividade quanto mais se tenha em conta a pluralidade das linguagens. No quadro destas, e através de diversos “esquemas” de referência e de significação, é nomeadamente a dimensão “ontológica” do mundo que se refracta em distintos patamares de fenomenalização (diferentes mundos no mundo, de alguma maneira). Seja no entanto como for, e em última análise, o “medium” por excelência da significação, da referência e da comunicação é o *espaço-tempo*, mas este, com a sua diferencialidade constitutiva (constitutiva daquilo mesmo que o constitui), é o grande factor da relatividade de tudo quanto nele se consubstancia.

montanha de oiro...” num referencial romanesco. Qualquer enunciado estará pois sempre ligado a um referencial “que não é constituído por ‘coisas’, ‘factos’, ‘realidades’ ou ‘seres’, mas por leis de possibilidade, regras de existência para os objectos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou objectos, dos estados de coisas e relações que são postos em jogo pelo próprio enunciado; ele define as possibilidades de aparecimento e delimitação daquilo que dá à frase o seu sentido e à proposição o seu valor de verdade” (pp. 120-21). Pode enfim dizer-se que qualquer referencial é definido por um campo próprio de discursividade, mas também por condições extra-discursivas. Além disso situa-se sempre em coordenadas próprias de “espaço-tempo”, e é assim que a mesma frase — como por exemplo “os sonhos realizam os desejos” (exemplo dado pelo próprio Foucault) — pode não significar nem referir-se exactamente à mesma coisa se enunciada hoje ou há dois ou três séculos atrás.

¹¹⁰ Como se pode depreender de notas anteriores, essa lógica “labiríntica” consiste nomeadamente no facto de que em bom rigor não existe *o sentido* de dada linguagem, existindo sim *os sentidos* (eles próprios, todavia, também em função de factores como os indicados em b), c) e d)).

Tal relatividade, contudo, não obedece à lógica do “tudo vale” — muito pelo contrário. Trata-se sim duma lógica em que é preciso encontrar os devidos “referenciais”, caso por caso, o que nem sempre é uma tarefa fácil. Muito menos uma tarefa em que tudo pode ser determinado, pois que ao falar da significação, da referência e da comunicação (para não mencionar o “sentido”), aquilo de que falamos, em termos analógicos, é de factores ou fluxos tendencialmente “quânticos”. E isto, em grande medida, precisamente porque falamos também de “mentes” e “almas” que não se reduzem a nenhum padrão de medida ou de pura expressividade.

Investe-se pois em toda a nossa temática algo de muito próximo da “coisa-em-si” kantiana: quer a “coisa-em-si” do mundo físico, quer a “coisa-em-si” de mundos trans-físicos, quer a “coisa-em-si” daquelas “entidades” sujeituais. E assim terminamos de uma forma um tanto indeterminada, como convém ao tema do presente ensaio.

Adélio Melo

Porto, Abril de 1999